Sumário

Número de notícias: 27 | Número de veículos: 24

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Bolsonaro deixa ministro Tarcísio contrariado . . . 3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Governo descarta Refis via MP e estuda alternativa . . . 4

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Bolsonaro não garante reajuste para servidores . . . 5

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHAINVEST
SEGURIDADE SOCIAL
Ausência de sistema na Previdência gera gasto indevido de R$ 5 bi com auxílio . . . 6

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
SEGURIDADE SOCIAL
Veja quais sâo os direitos do aposentado que ainda trabalha . . . 8

FOLHA ONLINE - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL
Veja quem consegue a aposentadoria do INSS em 2022 . . . 10

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
SEGURIDADE SOCIAL
Empréstimo consignado: confira o que mudou em 2022 . . . 12

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Eleições devem travar reformas e outras pautas . . . 15

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
REFORMA TRIBUTÁRIA
Pacheco aposta em temas polêmicos no Senado para alavancar candidatura . . . 17

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA
Ex-auxiliares de Guedes alertam para a dívida pública elevada . . . 19

ZERO HORA - RS - ARTIGOS
REFORMA TRIBUTÁRIA
BALANÇO TRIBUTÁRIO DE 2021: O PROTAGONISMO DO STF (Artigo) . . . 21

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Comércio Exterior bate recorde em 2021 - ECONOMIA E NEGÓCIOS EM FOCO . . . 22

MEIO NORTE - TERESINA - PI - NACIONAL
REFORMA TRIBUTÁRIA
Reforma tributária deve ser a 1ª pauta na volta do recesso . . . 23

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Projeto aposentaria 2 ministros . . . 24

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA
Chegou 2022: o ano de exercer a cidadania ativa - DA TRIBUNA . . . 25

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHAINVEST
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Como equilibrar as finanças - MARCIA DESSEN 26

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Produção da indústria encolhe 20% em 10 anos e enfraquece a economia 27

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
O elusivo ajuste fiscal de Paulo Guedes (Artigo) 29

O POPULAR - GO - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Gastos tributários (Artigo) 30

DIÁRIO DO NORDESTE - FORTALEZA - CE - NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Educação financeira 31

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Alerta: crédito fácil pode levar o consumidor ao endividamento 33

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA
Estagnação não será revertida a curto prazo 35

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHAINVEST
ECONOMIA
Bitcoin e outros criptoativos devem ter 2022 desafiador 37

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
Demografia e previdência (Editorial) 39

ZERO HORA - RS - NOTÍCIAS
ECONOMIA
Cenário de inflação e juro faz de 2022 o ano da renda fixa 40

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
POLÍTICA
Bolsonaro quer blindar três ministérios dos avanços do centrão 42

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
POLÍTICA
Agenda para o próximo presidente (Artigo) 44

Bolsonaro deixa ministro Tarcísio contrariado

O presidente Jair Bolsonaro vetou um benefício tributário ao setor portuário atendendo a pedidos do ministro Paulo Guedes (Economia) e contrariando a vontade do titular da pasta da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas.

A medida estava prevista no projeto de lei que altera a cabotagem no país, proposta chamada de BR do Mar. O jabuti foi inserido durante a tramitação do texto no Congresso, após articulação de empresas interessadas.

Pelo texto, seria restabelecido em 2022 e 2023 o Reporto (Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária). O benefício foi criado em 2004 e vigorou até o fim de 2020. O regime permite a desoneração de bens e também isenção de imposto de importação na compra de máquinas, equipamentos, peças de reposição e outros bens para o setor quando não houver similar nacional.

O projeto também ampliava os segmentos beneficiados.

À Folha, o Ministério da Economia informou que a eliminação da medida em 2021 gerou aproximadamente R$ 260 milhões por ano aos cofres públicos.

O governo afirmou nas justificativas para o veto que a proposta incorre em vício de inconstitucionalidade e contraria o interesse público ao gerar renúncia de receitas sem apresentar estimativa do impacto orçamentário de medidas compensatórias.

Segundo o governo, o texto viola a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Constituição -inclusive no trecho de recente emenda que prevê a redução gradual de incentivos tributários. "Ainda, a proposição legislativa contraria o interesse público, uma vez que o Reporto restaria demasiadamente amplo e aberto, e criaria uma subjetividade no que poderia ou não ser contemplado pelos benefícios com possibilidade de desvios para outros usos, o que o tornaria incompatível com diretrizes do Tribunal de Contas da União para comprovação dos montantes desonerados e o seu retorno à sociedade", afirma texto publicado no Diário Oficial da União.

Guedes é contrário a regimes especiais a setores específicos, e sua pasta se posicionava de forma contrária a um novo Reporto. Ao todo, os diversos benefícios e isenções no sistema tributário demandam mais de R$ 330 bilhões anualmente.

O Ministério da Economia pretendia eliminar vários desses regimes com a **reforma tributária**, pois entende que remover brechas cria um sistema mais neutro e justo para todos. Uma das principais críticas ao modelo atual é justamente a quantidade de regras diferentes.

Fiscalização e controle

Além disso, o entendimento é que regimes especiais demandam fiscalização e controle de requisitos de empresas, um processo que pode gerar conflitos entre **Receita Federal** e contribuintes.

Já Tarcísio defendia a medida por considerá-la benéfica para as empresas de infraestrutura e por entender que o custo seria baixo para os cofres públicos.

Entre as empresas, havia divergências.

A Abimaq (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos) era contrária à medida por considerar que ela estimulava a importação em detrimento das fabricantes nacionais.

Site:
http://edicaodigital.jornaldebrasilia.com.br/pub/jornaldebrasilia/?edicao=14289

Governo descarta Refis via MP e estuda alternativa

EDUARDO RODRIGUES

Após vetar o projeto aprovado pelo Congresso e depois de prometer que o Refis para pequenos negócios sairia por medida provisória ou portaria até amanhã, o presidente Jair Bolsonaro ainda não tem uma solução para o parcelamento de dívidas tributárias dos menores empreendedores. De acordo com técnicos do governo, o instrumento de MP não pode ser usado para tratar de temas referentes ao Simples Nacional - que exigem a aprovação de lei complementar.

No sábado, Bolsonaro, ao lado do advogado-geral da União, Bruno Bianco, afirmou ter vetado o Programa de Reescalonamento do Pagamento de Débitos no Âmbito do Simples Nacional (Relp) devido a duas inconsistências jurídicas.

A primeira seria a falta de uma de fonte de compensação para a renúncia fiscal - de multas e juros desses débitos - exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal. A segunda, ao deixar a sanção para 2022, estaria violando a legislação eleitoral que proíbe a concessão de benefícios em ano de eleições.

Há alternativas em estudo via portarias, alterando programas já existentes, mas sem o mesmo escopo do Refis aprovado pelo Congresso.

Uma possibilidade seria tentar aumentar o alcance do Programa de Retomada Fiscal criado pela Lei do Contribuinte Legal.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) já ampliou o prazo de adesão até 25 de fevereiro, incluindo débitos inscritos em dívida ativa da União e do FGTS até 31 de janeiro.

Mas esse programa abarca apenas as operações já inscritas em dívida ativa, deixando boa parte dos microempresários sem essa opção.

Outra saída seria a PGFN lançar novo edital de transação tributária nos moldes do Refis. A alternativa seria mais complicada e demandaria um grande esforço para analisar cada adesão ao edital, enquanto o Refis trazia regras uniformes a serem aplicadas "em bloco".

Da mesma forma, ainda há dúvidas se poderiam ser negociadas também as dívidas no âmbito da **Receita Federal**.

Cálculos apontam que débitos de micro, pequenas e médias empresas somam R$ 20 bilhões, dos quais somente R$ 12 bilhões já estão inscritos na dívida ativa.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Bolsonaro não garante reajuste para servidores

Manifestação do presidente ocorre no momento em que categorias do funcionalismo público pressionam por aumentos neste ano

0 presidente Jair Bolsonaro disse no sábado que não há garantia de reajuste salarial para nenhuma categoria do serviço público. O presidente defendia reajustes especialmente para a Polícia Federal e para a Polícia Rodoviária Federal. Segundo ele, a reserva orçamentária de cerca de R$ 2 bilhões po-deria ser usada para conceder aumento a essas categorias em 2022. "Não está garantido o reajuste para ninguém. Tem uma reserva de R$ 2 bilhões que podemos usar, poderia ser para PF, PRF e também para o sistema prisional. Mas não está nada garantido no tocante a isso", disse Bolsonaro na porta da casa do advogado-geral de União, Bruno Bianco, que estava de aniversário.

O presidente já havia dito, no mês passado, que a previsão de R$ 1,736 bilhão no Orçamento não cobriria um reajuste salarial para todas as categorias do funcionalismo público. O Congresso aprovou a verba para conceder o reajuste após Bolsonaro pressionar pela con- cessão do benefício a policiais.

A decisão provocou um efeito cascata e pressão de outras categorias por aumento de remuneração. A prioridade gerou insatisfação em funcionários de outras áreas do setor público, o que resultou em uma debandada sobretudo dentro da **Receita Federal**, que alega cortes no Orçamento do órgão por parte do governo. "Não tem espaço no Orçamento no momento. Você vê a dificuldade que foi negociar a questão dos precatórios para poder dar o Auxílio Brasil de R$ 400 para quem ganhava em média R$ 190. Mas estamos prontos para conversar. Tudo é possível. Nada é impossível", disse o presidente, sábado. No fim de 2021, Bolsonaro defendeu a concessão de reajuste a servidores e afirmou que o teto de gastos é "mortal" e um problema para o governo federal.

Site:
https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/index.jsp?serviceCode=login&edicao=10213

Ausência de sistema na Previdência gera gasto indevido de R$ 5 bi com auxílio

Idiana Tomazelli

Ao menos R$ 4,9 bilhões em parcelas do auxilio emergencial pagas indevidamente em 2020 poderiam ter sido evitadas, caso o governo Jair Bolsonaro (PL) tivesse implementado um sistema com dados de aposentadorias, pensões e remunerações concedidas por União, Estados e municípios.

A criação da base integrada é uma exigência da emenda constitucional 103, que trata da reforma da Previdência, promulgada em novembro de 2019. Até hoje, a plataforma não saiu do papel.

O prejuízo foi apontado pelo TCU (Tribunal de Contas da União) em julgamento de dezembro de 2021 e, na prática, pode ser ainda maior.

O pente-fino mirou apenas R$ 9,8 bilhões em pagamentos indevidos efetivamente identificados e cancelados pelo Ministério da Cidadania.

No entanto, a corte estima que o governo gastou R$ 21,5 bilhões a mais do que seria necessário, considerando as regras de elegibilidade ao programa, entre elas não ser beneficiário da Previdência nem servidor público.

Além disso, os auditores chegaram ao número observando o motivo das suspensões analisadas: se o beneficiário era aposentado do **INSS**, ou servidor público, entre outros impedimentos que seriam identificáveis no sistema integrado.

Nem todos os cancelamentos traziam esse nível de detalhe e, por isso, não foram contabilizados pelo TCU como evitáveis. O gasto total com o auxílio foi de R$ 295,1 bilhões em 2020.

A reforma da Previdência estabeleceu que a União deveria criar um sistema integrado de dados contendo informações de remunerações de servidores civis e militares, aposentadorias e pensões de todos os regimes previdenciários, além de benefícios assistenciais como o BPC (Benefício de Prestação Continuada).

O texto dizia ainda que todos os Poderes de União, estados e municípios deveriam fornecer as informações necessárias para a estruturação do sistema.

A partir dessa plataforma, seria mais fácil cruzar dados e descobrir, por exemplo, se um candidato a receber assistência do governo federal era servidor em algum estado ou município, entre outras possibilidades. Hoje, esse trabalho é feito de maneira pontual Desde a criação do auxílio emergencial, órgãos de controle se dividiram em diversas frentes para ajudar o governo a identificar pagamentos indevidos. Foram notórios casos de **servidores públicos** e militares das Forças Armadas recebendo a ajuda que deveria ser paga a vulneráveis.

No âmbito da apuração do TCU, o governo federal alegou que ainda precisa regulamentar a criação do sistema, que permitirá o cruzamento instantâneo das bases de dados do **INSS**, da administração federal, entre outras. Mas a corte de contas afirmou, na instrução do processo, que já existem normas legais que possibilitam a implementação do sistema.

"Registra-se também que outras políticas públicas são impactadas pela falta de integração de dados prevista no normativo constitucional, não se restringindo ao auxílio emergencial", disse em seu voto o relator do processo, ministro Bruno Dantas.

No julgamento, a corte emitiu determinação para que o Ministério do Trabalho e Previdência apresente, em até 60 dias, um plano de ação para a instituição do sistema integrado de dados. A pasta também terá dois anos para colocar a plataforma em funcionamento.

O descumprimento de uma determinação pode gerar multas ou outras penalidades, como afastamento do gestor.

Procurado pela Folha, o Ministério do Trabalho e Previdência disse que trabalha para lançar o sistema integrado "o mais rápido possível", mas não estipulou nenhum prazo.

Segundo a pasta, há uma série de etapas a serem cumpridas para tirar a medida do papel. Elas incluem a garantia de que os dados de todos os órgãos envolvidos se comuniquem entre si e a definição de onde, quando e como as informações serão guardadas.

Também é preciso estipular quem será o responsável pela gestão dos dados e como eles poderão ser consultados. Só então o governo estará apto a desenvolver o sistema propriamente dito.

O ministério disse que as etapas relativas à guarda da informação já foram executadas e envolvem a própria pasta e o **INSS**. A base que receberá os dados será o Cnis (Cadastro Nacional de Informações Sociais).

"O ministério prepara para os próximos meses a definição sobre a gestão e de demais pontos necessários de regulamentação", disse, sem especificar um cronograma.

"Como existem diversas informações em formatos diferentes, ter o regramento legal não é suficiente para colocar q sistema em funcionamento. É necessário desenvolver uma base de informação e evolui-la ao longo das integrações que estão sendo realizadas", afirmou a pasta.

Em um segundo momento, o governo estima que os ministérios da Cidadania e da Mulher, Família e Direitos Humanos também venham a alimentar o sistema. No entanto, o ministério não citou quando os demais órgãos se integrarão à base de dados.

A procuradora regional da República Zélia Pierdoná, que coordena o GTI (grupo de trabalho interinstitucional) da Previdência e Assistência Social vinculado ao MPF (Ministério Público Federal), afirma que o sistema integrado representará um grande avanço em termos de controle.

Ela avalia, porém, que sua implementação ainda esbarra nas corporações. "Envolve muita resistência. Não só de diferentes poderes dentro da administração federal, estadual e municipal, mas entre os próprios entes federativos", afirma Pierdoná.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49786&_ga=2.187966056.1927522967.1641710532-1246179861.1635424175&anchor=6448331&pd=a15284532dcf01bffe7d474559d49102

Veja quais sâo os direitos do aposentado que ainda trabalha

Os trabalhadores que se aposentam pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) e continuam trabalhando com carteira assinada, ou como autônomos, mantêm seus direitos trabalhistas. Entre eles, férias, jornada de trabalho de 44 horas semanais, depósito mensal no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), 13s salário, pagamento de horas extras e acesso aos mesmos benefícios dados a todos os funcionários da empresa.

- Em primeiro lugar, embora seja óbvio, a anotação do contrato de trabalho na carteira de trabalho é obrigatória, e o empregado aposentado tem, em geral, todos os direitos trabalhistas dos demais empregados. E ele é obrigado a contribuir para a **Previdência Social**, embora não possa usufruir de outro benefício, além da própria aposentadoria - explica o advogado Sérgio Batalha.

De acordo com a advogada Jeanne Vargas, em relação aos benefícios previdenciários, o aposentado somente tem direito a reabilitação profissional (assistência para o retorno ao trabalho ap ós algum afastamento por doença) e salário-família, para segurados de baixa renda com filhos menores de 14 anos.

- O aposentado que continua a contribuir, caso fique doente, não poderá solicitar auxílio-doença, uma vez que já recebe um benefício - complementa Batalha.

Ou seja, o aposentado fica em casa e recebe somente a aposentadoria durante o período de suspensão do contrato de trabalho por motivo de doença. A lei proíbe o acúmulo de dois benefícios. Neste caso, os primeiros 15 dias para o trabalhador assalariado são pagos pelo empregador. A partir do 16e dia, se a incapacidade permanecer, o aposentado é afastado do trabalho sem direito ao salário, recebendo apenas o benefício de aposentadoria.

Um ponto destacado pelo advogado Marco Túlio Gomes Vicente é o caso de demissão sem justa causa do trabalhador aposentado: - Ele tem direito ao saque e à multa rescisória de 40% do FGTS (paga pelo patrão), mas, mesmo sendo demitido sem justa causa, não faz jus ao seguro-desemprego.

Ainda sobre o Fundo de Garantia, Batalha acrescenta que o trabalhador aposentado pode fazer o saque mensal do depósito feito pelo empre gador. Ele precisa ir a uma agência da Caixa Econômica Federal com a carta de concessão da aposentadoria para realizar a retirada.

Aposentar-se e continuar trabalhando não é ilegal, aponta a advogada Cristiane Saredo. No entanto, não é toda atividade que um aposentado, pelo menos no caso de aposentadoria especial, pode exercer. Entre as profissões vetadas, neste caso, está a devigia ou vigilante, por exemplo.

- Se for aposentado por tempo especial, não poderá trabalhar em atividades que exponham sua saúde ou vida -explica a advogada.

Autônomos também têm que contribuir

As pessoas que se aposentam e passam a trabalhar de forma autônoma também têm a obrigação de realizar contribuições previdenciárias mensais. Sendo assim, na ausência de pagamento, o segurado pode ser cobrado pela **Receita Federal**. Uma opção, segundo o advogado Sérgio Batalha, é recorrer à inscrição como microempreendedor individual (MEI), por meio da qual é possível descrever a atividade, emitir as notas fiscais dessa prestação de serviços e até obter empréstimos junto a instituições financeiras para financiar TETO o seu negócio. O limite de Neste caso, faturamento o valor de contribuição por enquadrar mês ao **INSS** é como MEI é de 5% do salário mínimo (R$ 60,60), acrescido de **impostos** municipais e estaduais (R$ 1, no caso do ICMS, e R$ 5, de ISS; dependendo da atividade, pode ser necessário pagar os dois **tributos**). Para abrir um MEI, acesse o Portal do Empreendedor do Governo Federal (gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor) e clique em "Quero ser". Em seguida, acesse o card "Formaliza-se". Informe a conta de acesso ao Gov.br. Logo depois, informe os dados solicitados conforme o caso (título de eleitor, número da declaração de Imposto de Renda, dados de registro de estrangeiro). Preencha o formulário de inscrição de MEI, assinale as declarações e finalize a inscrição. Projeto de lei prevê troca de benefício As contribuições previdenciárias pagas depois da aposentadoria não podem ser usadas para melhorar o valor do atual benefício (a chamada desaposentarão, em que se pede a troca de uma aposentadoria já concedida por outra mais vantajosa, a partir de novos recolhimentos feitos ao **INSS**) ou

para conceder uma nova aposentadoria (reaposentação ou transformação do atual benefício), considerando o entendimento atual do Supremo Tribunal Federal (STF).

Isso somente será possível se for sancionada lei que permita a renúnda da aposentadoria e o direito de solicitar uma nova, sem a necessidade de devolução dos valores já recebidos, podendo ser considerados os salários de contribuição anteriores e posteriores à aposentadoria, explica a advogada Jeanne Vargas.

O Projeto de Lei 172/2014, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), que prevê a desaposentação, foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sodais (CAS) do Senado Federal no ano passado. O texto seguiu para a Câmara dos Deputados, onde vai tramitar.

O texto, se aprovado, tomará possível a desaposentação dos que foram aposentados por idade, tempo de contribuição ou regime especial. Quem aderir não perderá o tempo já contado na concessão do benefício nem será obrigado a devolver o valor já recebido.

- Se o projeto for aprovado, será uma grande vitória para inúmeros aposentados que continuam trabalhando e que passarão a ter um benefício maior- avalia Jeanne.

Site: https://extra-globo.pressreader.com/extra

Veja quem consegue a aposentadoria do INSS em 2022

Luciana Lazarini

O ano de 2022 começou com novas exigências para trabalhadores que vão se aposentar pelo **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) em três regras de transição criadas na reforma da Previdência , válida desde 13 de novembro de 2019. A reforma estabeleceu uma idade mínima de 62 anos, para mulheres, e de 65 anos, para homens em sua regra geral, mas também criou sistemas de transição para brasileiros que já estavam no mercado de trabalho.

Na transição em que o **INSS** soma a idade e o tempo de contribuição do trabalhador, a pontuação aumenta um ponto a mais por ano. Em 2022, a soma mínima é de 89 pontos (mulheres) e 99 (homens). Homens com 62 anos de idade e 37 anos de contribuição, por exemplo, podem se aposentar nessa regra em 2022. A cada seis meses com contribuição, o trabalhador acumula um ponto, pois o semestre contribuído é somado aos meses a mais de idade no período.

A idade exigida no sistema de idade mínima progressiva aumentou seis meses : em 2022, é preciso completar pelo menos 57 anos e seis meses (mulheres) e 62 anos e seis meses (homens). Como ambas são transições da aposentadoria por tempo de contribuição, o **INSS** também exige o tempo mínimo de 30 anos de pagamentos (mulheres) e de 35 anos (homens).

Outra transição que adia a aposentadoria em seis meses é a do benefício por idade das mulheres. Em 2022, as trabalhadoras precisam ter, no mínimo, 61 anos e seis meses e 15 anos de contribuição. Para os homens, a idade mínima de 65 anos não mudou e também é preciso comprovar a carência de 15 anos de pagamentos ao **INSS**.

Já nos dois sistemas de pedágio, o trabalhador precisa contribuir por um tempo adicional do que faltava para se aposentar quando a reforma começou a valer. No pedágio de 100%, há também exigência de idade mínima.

Segundo o Ieprev (Instituto de Estudos Previdenciários), homens que tinham 33 anos e quase sete meses de contribuição em novembro de 2019 conseguem se aposentar agora pelo pedágio de 50%, desde que não tenham interrompido os recolhimentos. A reforma exigiu que esse trabalhador adiasse a aposentadoria em cerca de oito meses, por exemplo. A pedido da reportagem, o instituto mostra outros exemplos de trabalhadores que conseguem se aposentar com as novas exigências do **INSS**. Veja abaixo.

Quem consegue se aposentar em 2022 .Nas regras de transição da aposentadoria por tempo de contribuição Por pontos

Exigências do **INSS** em 2022:

A soma da idade com o tempo de contribuição precisa atingir, no mínimo:

Exemplos de quem consegue se aposentar em janeiro de 2022:

Qualquer segurado atinja a pontuação mínima (respeitado o tempo mínimo de contribuição). O **INSS** considera meses e dias nessa soma. Veja perfis de segurados que atingem os 89/99: Para homens (em anos) Para mulheres (em anos) Idade mínima progressiva

Exigências do **INSS** em 2022: Pedágio de 50%

Exigências do **INSS** em 2022:

Exemplos de quem consegue se aposentar agora:

Segundo o Ieprev, o trabalhador que tinha 33 anos e quase sete meses de contribuição quando a reforma começou a valer atinge o direito à aposentadoria pelo pedágio de 50% no dia 6 de janeiro de 2022 (data usada como referência para o cálculo). As simulações consideram trabalho ininterrupto de 13 de novembro de 2019 até o início de 2022. Pedágio de 100%

Exigências do **INSS** em 2022:

Exemplos de quem consegue se aposentar agora:

Considerando que a pessoa trabalhou ininterruptamente desde 13 de novembro de 2019: .Na regra de transição da aposentadoria por idade

Exigências do **INSS** em 2022:

Simulador mostra quanto tempo falta em cada transição

O pedido de aposentadoria pode ser feito pelo site Meu **INSS** ou aplicativo oficial. Por esse sistema o trabalhador também pode consultar quanto tempo falta para se aposentar. Após informar o número do CPF e da senha cadastrada, aparecerá, no centro da tela, "Simulador de Aposentadoria", clique em "Detalhar". O sistema mostrará se você tem direito às regras anteriores à reforma, pelo direito adquirido e também detalhará se você tem direito ou quanto tempo falta em cada uma das transições da reforma.

newsletter folhamercado

De 2ª a 6ª pela manhã, receba o boletim gratuito com notícias e análises de economia

newsletter folhamercado

De 2ª a 6ª pela manhã, receba o boletim gratuito com notícias e análises de economia

Site:
https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/01/veja-quem-consegue-a-aposentadoria-do-inss-em-2022.shtml

Empréstimo consignado: confira o que mudou em 2022

Por Marta Cavallini, g1

A margem do crédito consignado, ou seja, o valor da renda que pode ser comprometido com o empréstimo, ficou em menor neste começo de ano - passou de 40% para 35%.

Até dezembro do ano passado, os aposentados e pensionistas do **INSS** podiam comprometer o limite de até 40% de sua renda líquida com o crédito consignado, sendo 35% no empréstimo convencional e outros 5% via somente cartão de crédito consignado. A partir deste mês, o limite passou para até 30% no empréstimo pessoal e 5% para despesas e saques com cartão de crédito consignado.

Com isso, o banco não pode descontar do benefício além do limite estabelecido pela margem do consignado.

Por exemplo, em uma renda líquida mensal de R$ 2 mil, o valor máximo da parcela a ser descontado mensalmente será de R$ 600 (para empréstimo consignado convencional) mais R$ 100 (para despesas e saques exclusivamente com cartão de crédito consignado).

O cartão de crédito consignado funciona como um cartão de crédito comum e é usado para o pagamento de produtos e de serviços no comércio. A diferença é que, no cartão de crédito consignado, o valor da fatura pode ser descontado, total ou parcialmente, automaticamente na folha de pagamento, limitado ao valor da margem consignável.

Outra mudança em 2022 se refere ao número máximo de parcelas mensais para pagamento da dívida. A partir deste mês, o limite passou a ser de 72 meses, ou 6 anos. Até dezembro, o número estava em 84 meses (7 anos).

O consignado é um tipo de empréstimo em que a prestação é descontada diretamente do benefício previdenciário todos os meses. Além dos aposentados e pensionistas do **INSS**, podem pedir este tipo de empréstimo os trabalhadores com carteira assinada e **servidores públicos**. Nesses dois últimos casos, as parcelas são descontadas dos salários.

Como é garantido que as parcelas serão pagas em dia, o consignado é um tipo de crédito mais barato do que outras opções do mercado. E os aposentados e pensionistas são os que mais recorrem a esse tipo de empréstimo. O valor máximo depende de quanto eles recebem por mês para que a renda não fique comprometida.

Dados do **INSS** mostram que o número de pedidos de empréstimo consignado entre aposentados e pensionistas subiu de 32,5 milhões em 2019 para 40,5 milhões em 2021 devido ao aumento da margem de empréstimo para 40%.

Pedidos de empréstimo consignado entre aposentados e pensionistas do **INSS** - Foto: Economia g1

Juros voltam a subir

Em dezembro do ano passado, o teto dos juros do consignado voltou ao patamar pré-pandemia, passando de 1,8% para 2,14% ao mês no empréstimo convencional. No caso das operações com cartão de crédito consignado, os juros passaram de 2,7% para 3,06% ao mês. Assim, os bancos não podem ultrapassar esse limite de taxa. Com esse aumento, os juros ao ano podem chegar a 30%.

Os juros menores do consignado valiam desde março de 2020, quando o governo havia anunciado a redução para dar mais recursos aos aposentados e pensionistas para atenuar os efeitos da pandemia.

Na época, o teto dos juros para empréstimos consignados passou de 2,08% para 1,8% ao mês e, nas operações realizadas pelo cartão de crédito, recuou de 3% para 2,7% mensais.

Último levantamento do Banco Central mostra que, em dezembro de 2021, a taxa de juros do empréstimo consignado para aposentados e pensionistas estava entre 1,37% e 2,14% entre 36 instituições financeiras pesquisadas.

Consignado lidera número de reclamações

Levantamento publicado pelo g1 em junho do ano passado mostrou que o empréstimo consignado foi o serviço financeiro com maior número de reclamações no país. No primeiro trimestre, a modalidade foi a que teve o maior número de queixas procedentes no

levantamento do Banco Central.

Do total de 26.700 registros contra bancos e financeiras, 6.798 foram referentes à oferta ou prestação de informação sobre crédito consignado de forma inadequada. Ou seja, o empréstimo correspondeu a 25,5% do total.

O Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP) aponta o alto número de denúncias de segurados do **INSS** que recebem ofertas de consignados logo após terem a aposentadoria ou qualquer benefício previdenciário concedidos e também referentes a empréstimos fraudulentos feitos em seu nome.

Joseane Zanardi Parodi, coordenadora adjunta do IBDP, aponta que, mesmo com a Lei Geral de Proteção de Dados, o vazamento de dados continua. "Inclusive com bloqueio do número do celular no site www.naomeperturbe.com.br, a situação permanece, pois cada hora a ligação é feita de um número", diz.

O "Não me Perturbe" é uma ferramenta na qual o consumidor pode proibir instituições financeiras e correspondentes bancários de entrar em contato por meio telefônico para oferecer crédito consignado.

Segundo Joseane, o incômodo aos beneficiários é diário e se torna pior quando constatam que foi feito um empréstimo sem a sua ciência, percebendo somente quando verificam o desconto no extrato de pagamento.

Isso acontece ainda mesmo com as regras estabelecidas pelo **INSS** em 2019. Os recém-aposentados só podem receber ofertas de empréstimo consignado 180 dias após a concessão do benefício. E nos primeiros 90 dias, a conta do aposentado fica bloqueada para a contratação de empréstimos. O beneficiário pode?ainda realizar o bloqueio e desbloqueio do benefício a qualquer momento após o prazo de 90 dias através da Central de Atendimento 135 ou pelo Meu **INSS**.

As instituições financeiras que violam as regras estão sujeitas a suspensão e rescisão de contratos com a Previdência. Por isso, os segurados podem denunciar a instituição ao **INSS**, seja na ouvidoria do órgão, na central de teleatendimento 135, pelo site Meu **INSS** ou pessoalmente em qualquer agência.

Para evitar esses problemas, a coordenadora do IBDP sugere:

Bloqueio: é possível bloquear o benefício previdenciário para realização de empréstimo consignado no site ou aplicativo meuinss.gov.br ou pelo telefone 135.Cadastro no "não perturbe": o beneficiário do **INSS** deve cadastrar os números dos telefones no site nãomeperturbe.com.br para evitar o recebimento de ligações.Reclamação no Consumidor.gov.br e no Procon: se as ligações não cessarem, o beneficiário pode também registrar reclamação no site www.consumidor.gov.br para gerar estatística e identificar a instituição bancária que está desrespeitando o pedido de não perturbe. Além disso, recomenda-se registrar reclamação no Procon local.Boletim de ocorrência: se não houve interrupção das ligações perturbadoras ou se for verificado que houve empréstimo consignado sem consentimento do beneficiário, também deverá registrar boletim de ocorrência para que sejam investigados crimes de acesso indevido a dados pessoais, bem como importunação e fraude.Ação judicial: caso o empréstimo consignado não tenha sido efetuado pelo beneficiário, ele deverá procurar um advogado especializado para ingressar com pedido de liminar para suspender os descontos e dano moral por toda a dor de cabeça contra o **INSS** e a instituição financeira responsável. A advogada lembra que é importante destacar a importância de registrar as reclamações para que seja apurado como esses dados chegam aos bancos e quais estão cometendo as infrações.

Recomendações do Banco Central antes de contratar um consignado

Não faça qualquer pagamento adiantado para obter o empréstimo;Pesquise e compare as taxas de juros e condições oferecidas por outros bancos. Em especial, repare no Custo Efetivo Total - CET, que resume o custo total da operação em percentual;Verifique se o banco está autorizado a funcionar pelo Banco Central e se tem convênio com sua fonte pagadora; por exemplo, no caso dos empréstimos consignados para aposentados e pensionistas do **INSS**, se a instituição está conveniada com o **INSS**;Nunca assine um contrato ou uma proposta de contrato em branco;Não aceite a intermediação de pessoas com promessas de acelerar o crédito;Não forneça o cartão magnético ou senha do banco a terceiros;Lembre-se de que esse tipo de operação representa dívidas que poderão afetar sua renda pessoal e familiar futura, em razão do desconto mensal com o pagamento do empréstimo;Caso queira fazer a transferência do contrato para outro banco, leia atentamente as informações sobre portabilidade de crédito.

Recomendações do **INSS**

Monitore os valores da aposentadoria e do empréstimo consignado no site Meu **INSS**.Não contrate empréstimos pelo telefone.Nunca dê seu CPF nem o número do cartão do **INSS** para quem quer que seja.Leia com atenção cada documento antes de assinar.Se algum dinheiro não esperado aparecer em

sua conta, veja a origem e entre em contato com a instituição para devolver o valor recebido.O **INSS** não entra em contato por meio de mensagens de telefone ou aplicativos como WhatsApp, ligação ou e-mails para oferecer serviços de empréstimo consignado, nem envia motoboys para a casa dos beneficiários. Não devem ser passados, em nenhuma hipótese, dados como senhas e dados bancários.As cláusulas desses acordos feitos entre o **INSS** e as instituições financeiras preveem que cabe aos bancos a adoção de cuidados para evitar o vazamento de dados, consignações fraudulentas e assédio comercial.?Em caso de fraudes ou em que não reconheça o empréstimo, o segurado deve procurar imediatamente a instituição financeira e registrar também sua reclamação no Portal do Consumidor (consumidor.gov.br), para fins de tratamento e exclusão de descontos.O próprio beneficiário pode solicitar o bloqueio de contratação de operações de crédito consignado por meio do Meu **INSS**, site ou aplicativo ou pela Central 135, que funciona das 7h às 22h, de segunda a sábado. O atendimento deste serviço será realizado à distância, não sendo necessário o comparecimento presencial nas unidades do **INSS**.O segurado que se sentir ameaçado pode registrar reclamação na ouvidoria e um boletim de ocorrência na polícia.

Site:
https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/01/10/emprestimo-consignado-confira-o-que-mudou-em-2022.ghtml

Eleições devem travar reformas e outras pautas

Raphael Felice e Tainá Andrade

Brasília - O governo acreditou que, ao se aliar ao Centrão, conseguiria decolar a agenda reformista, mas pouco avançou. As reformas tributária e administrativa, por exemplo, ficaram pelo caminho, assim como o processo de privatização dos Correios, outro projeto caro à equipe econômica de Paulo Guedes. Outra PEC defendida pelo Congresso, a Reforma no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) também não deve ser votada.

Mesmo que tais propostas interessem a base do governo ou setores do Centrão aliados a Bolsonaro, a pauta reformista, bem como outras mudanças que causam impacto grande na economia devem ser freadas por causa das eleições. Em anos eleitorais, pautas duras e tidas como polêmicas tendem a ser evitadas por conta do impacto direto que elas podem ter durante no pleito, seja na disputa para vagas para o parlamento, seja na corrida rumo ao Palácio do Planalto.

Entre as Propostas de Emenda Constitucional (PEC) pretendidas, a que tem mais chance de ganhar algum avanço é a **reforma tributária** ampla (PEC 110/2019). Isso porque no Senado Federal há intenção de tocar a pauta adiante, mesmo que seja somente na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e até no Plenário do Senado.

Outro ponto que pode favorecer a reforma é que a pauta é de interesse do presidente da Casa Legislativo, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). O presidente da Comissão de Constituição de Justiça, Davi Alcolumbre, fez uma promessa de que a pauta seria prioridade no colegiado no calendário Legislativo de 2022.

O primeiro vice-presidente do Senado, Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), também tem interesse em tocar a reforma. O senador paraibano disse que "não há dúvidas" de que a alteração seria importante para o Brasil, mas comentou a dificuldade da pauta tramitar até o final.

""Há alguma dúvida de que a **reforma tributária** seria a mais importante de todas as que poderiam ser produzidas? Não há dúvida! Mas, aí, você fica postergando, dificultando. No ano eleitoral, espero que todos os agentes políticos que estejam envolvidos possam fazer essa separação. Este é o meu mais profundo desejo. Mas, recorrentemente, o que nós observamos é que a própria disputa legitimamente suscita uma interferência, que não é das melhores", pondera.

O vice-presidente da Câmara, Marcelo Ramos (sem partido), também compreende que a reforma nos **tributos** seria importante para o crescimento do país, mas entende que a proposta ainda não está madura o suficiente.

Outro ponto destacado pelo vice-presidente do Congresso Nacional é que, segundo ele, o presidente Jair Bolsonaro (PL) não é a favorável à reforma administrativa, que o Brasil vendeu crise aos investidores e não aproveitou o momento certo para aprovar as reformas.

""O problema é que não existe reforma. O Bolsonaro é contra a reforma administrativa. E a **reforma tributária** não existe. Estamos aqui, né? Querer votar ou não querer votar não tem o que votar. Acredito que as pautas que devem ser votadas são pautas secundárias", afirmou.

""O problema não está no Congresso. Em 2019, foi o ano reformista. O ambiente era reformista, as pessoas iam às ruas pedir a reforma da previdência que eu tive a honra de presidir. O ideal era que aproveitasse o ambiente para emplacar a **reforma tributária** que enfrentasse os graves problemas do nosso sistema tributário e sua complexidade. Temos um sistema tributário equivocado e o governo não tem proposta de **reforma tributária**. Chamar aquele arremedo de mudanças no Imposto de Renda de **reforma tributária** é uma brincadeira"", complementou Ramos.

O deputado federal Kim Kataguiri (DEM-SP) entende que é difícil prever a pauta de 2022, mas afirma que reformas e outras pautas estruturantes na economia não vão ser votadas.

"A pauta do ano que vem está muito indefinida. O que eu sei é que não vai ser pautado reforma. Nenhuma mudança estrutural na economia vai ser pautada porque o governo não tem mais interesse nisso e o parlamento não quer desgaste. Mas qualquer coisa fora isso é futurologia", pontuou.

MATÉRIAS POPULISTAS E DE CUNHO ELEITOREIRO

Nos bastidores do Congresso se ventila a possibilidade de o governo federal emplacar matérias populistas e de cunho eleitoreiro, como um novo aumento do Auxílio Brasil. No entanto, a falta de espaço no Orçamento é um impeditivo e a criação de gatilhos para colocar o reajuste fora do teto de gastos faria disparar a **inflação**, o que, na prática, não teria um grande impacto.

Entre as pautas de interesse do governo que tramitam no Congresso estão a privatização dos Correios; o Projeto de Lei Complementar (PLP) 11/2020 que altera a alíquota do ICMS; o Projeto de Lei (PL) 3729/2004 que muda regras de licenciamento ambiental - define regras gerais para a emissão de licenças para obras e empreendimentos como prazos, exigências de relatórios de impacto no meio ambiente, prioridades de análise, vigência da licença e outros -; o PL 2.401/2019, para regulamentar o estudo em casa (homeschooling), o 2.646/2020, que propõe a criação de debêntures (títulos de dívidas, ou seja, espécie de empréstimo para empresas que as emitem, desde que não sejam instituições financeiras ou de crédito imobiliário) para infraestrutura e o PL 2.633/2020 para a regulação fundiária.

Entretanto, segundo interlocutores do Congresso, a maioria das pautas não deve concluir suas tramitações.

O líder da oposição no Senado, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), foi mais um parlamentar a questionar a intenção do governo em votar reformas. Segundo ele, Bolsonaro perdeu o controle da economia e se viu obrigado a governar apenas para seus nichos. De acordo com o vice-presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia, encerrada no fim de outubro, o governo está fadado ao fracasso.

"O governo não trata reformas. Eu acharia de bom tom se tratasse **reforma tributária**, mas o governo não trata a reforma como prioridade. Governo fadado ao fracasso deixa de governar para os brasileiros para governar para seu nicho. A essa altura qual seria a prioridade do governo no fim de ano? Deveria aprovar reformas, mas tentou aprovar o projeto dos CACS (sigla para Colecionadores, Atiradores e Caçadores), que legaliza a caça de animais silvestres, liberação de armas, como se a prioridade do Brasil fosse distribuir armas. Os brasileiros não comem revólver 38, comem feijão, arroz que estão faltando na mesa dos brasileiros", afirmou.

Fracasso em pautas ideológicas

Se por um lado o governo não entregou reformas robustas e concretas ao parlamento, ele também não obteve sucesso em emplacar pautas ideológicas. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), apesar de ter consolidado a base governista - pulverizada e desarticulada antes do governo se aliar ao Centrão -, não tocou pautas de cunho ideológico.

Com muito custo e arroubos de Bolsonaro, Lira pôs, em agosto, o voto impresso em plenário. Com a derrota da proposta, o chefe do Planalto seguiu fazendo campanha pela mudança no sistema de voto e foi repreendido publicamente por Arthur Lira após chegar ao limite durante os atos de Sete de Setembro.

Segundo Randolfe, isso acontece porque o Centrão, sobretudo Arthur Lira, são os verdadeiros responsáveis por comandar o governo. Por intermédio das emendas de relator, executadas a partir do Orçamento Secreto, os parlamentares que compõem o grupo marcado pelo fisiologismo detém controle determinante sobre o Orçamento, sem a transparência necessária.

Site:
https://digital.em.com.br/estadodeminas/10/01/2022/p1

Pacheco aposta em temas polêmicos no Senado para alavancar candidatura

Renato Machado

Apontado como pré-candidato à Presidência da República, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), vai apostar em uma pauta legislativa ambiciosa neste semestre para atrair protagonismo e visibilidade para a Casa que comanda e assim também alavancar o seu nome.

A principal vitrine seria a aprovação pelo Senado da **reforma tributária**, que mostraria a capacidade de articulação e força do senador mineiro para entregar uma proposta que há décadas tramita sem sucesso no Congresso. Mas não seria a única.

Também estão na agenda propostas polêmicas à direita e à esquerda, como o projeto de lei de regularização fundiária e uma proposta para tornar constitucional o direito à união civil entre pessoas do mesmo sexo.

O senador, assim, busca reverter a máxima de que temas complexos não avançam em ano eleitoral.

Pacheco ainda não lançou oficialmente sua pré-candidatura, mas já vem sendo apontado como o candidato do PS D para as eleições de outubro, em especial pelo presidente da legenda, Gilberto Kassab.

No entanto, sem uma candidatura oficial nas ruas e sem um cargo executivo que permita apresentar seus feitos, Pacheco vem enfrentando dificuldades para impulsionar o seu nome.

Pesquisa Datafolha divulgada em dezembro mostrou que o presidente do Senado conta com apenas 1% das intenções de voto.

Oficialmente, equipe e aliados do presidente do Senado afirmam que a proposta de uma agenda legislativa ambiciosa não tem relação com as eleições presidenciais.

No entanto, nos bastidores, comenta-se que um dos objetivos é repetir a notoriedade instantânea que Pacheco adquiriu entre fevereiro e abril do ano passado, quando surgiu como alternativa ao negacionismo de Jair Bolsonaro (PL) para liderar o enfrentamento à pandemia.

Sob seu comando, o Senado assumiu a frente de algumas ações, com a aprovação de medidas que destravaram a compra da vacina da Pfizer e possibilitaram uma nova rodada de pagamentos do auxílio emergencial.

A principal aposta agora é a aprovação da reforma no sistema de **impostos**. Pacheco já tem acertado com o presidente da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), Davi Alcolumbre (DEM-AP), que o tema vai entrar na pauta da comissão logo após o fim do recesso parlamentar, em fevereiro.

Reformas tributárias concentram um grande histórico de fracassos no Congresso.

O próprio Pacheco amargou um, considerando que, um dia após a sua posse, ele e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), anunciaram que outra proposta de **reforma tributária**, analisada em comissão conjunta das duas Casas, seria votada entre agosto e outubro do ano passado.

Após o fracasso, o foco agora é a proposta que tem origem no Senado. Líderes partidários, tanto os mais ligados ao governo como os da oposição, veem chances de a matéria prosperar.

"Acho possível, sim. Não sei se passa na Câmara, mas no Senado tem chance. Estava tudo certo para colocar em votação no final do ano. Se pautar em fevereiro deve passar" afirma o líder do PSDB, Izalci Lucas (DF).

Os próprios aliados de Pacheco reconhecem, no entanto, que a medida pode morrer na Câmara dos Deputados, onde a iniciativa começa a ser vista pelos governistas como uma tentativa de criar uma vitrine para as eleições.

Eles avaliam, no entanto, que o ônus de engavetar uma proposta dessa envergadura recairía todo sobre Lira e o próprio governo.

Mesmo a oposição no Senado acredita que a reforma deve ser aprovada, caso o relator trabalhe para que a proposta não fique "unilateral", apenas atendendo às demandas empresariais e renegando aspectos de distribuição de renda.

Pacheco tem dito a interlocutores que devem ser colocadas em votação no primeiro semestre também a regularização fundiária, o novo marco legal para licenciamento ambiental, a proposta que libera jogos em resorts integra do s e a união civil entre pessoas do mesmo sexo.

Parlamentares acreditam que há possibilidade de avanço nessas áreas.

"Não chega a ser uma pauta muito ambiciosa, a meu ver. Para efeito externo é ambiciosa mesmo, mas internamente eu posso dizer que ela não é tão difícil assim", afirma o líder da minoria, senador Jean Paul Prates (PT-RN), acrescentando que a pauta busca aplacar demandas tanto da direita como da esquerda.

"Com isso, ele [Pacheco] pega uma pauta nacional, geral, de grande reforma [que é a tributária]. Pega uma causa mais "diretoide", que é a regularização fundiária, e uma mais à esquerda, que é essa do casamento", completa.

Em relação ao direito à união civil entre pessoas do mesmo sexo, essa vem sendo demanda constante do senador Fabiano Contarato (PT-ES).

O parlamentar já cobrou em reuniões de líderes e no plenário que o Congresso deve assumir a responsabilidade e tornar esse direito constitucional.

A união atualmente já é permitida, mas em virtude de decisão do STF (Supremo Tribunal Federal), e não por meio de uma iniciativa parlamentar.

Contarato já se encontrou com o presidente do Senado algumas vezes, pedindo também uma proposta que regulamente o direito à adoção por homossexuais.

O presidente do Senado vem sinalizando positivamente a Contarato e já adiantou a interlocutores que pelo menos a questão do casamento deve se tornar prioridade e ser incluída na agenda do primeiro semestre.

Em novembro, o Senado já havia aprovado uma proposta de autoria do próprio Contarato que já estava em vigor, por uma decisão do Judiciário, mas que carecia de uma lei para reforçar a questão.

A proposta aprovada na ocasião proíbe discriminação em doações de sangue em função da orientação sexual.

As ações discriminatórias já haviam sido barradas pelo STF, mas o senador argumentou na ocasião que seria importante registrar em leis essas questões, pela questão simbólica e por evitar que alterações de composição na corte pudessem reverter o entendimento. Lógica semelhante vale para o casamento entre pessoas do mesmo sexo.

"Esta Casa sistematicamente fecha as portas para a população LGBTQIA+. Vamos mudar essa história? Não estou pedindo nada de mais. Só estou pedindo que esses direitos que foram consagrados pela via do Poder Judiciário [sejam votados no Legislativo]", afirmou na ocasião.

A proposta de regularização fundiária, por sua vez, é uma demanda da bancada vinculada ao agronegócio, que já chegou a ser incluída e retirada da pauta de votações do Senado algumas vezes, por enfrentar resistência.

O próprio Pacheco apresenta reservas ao texto, mas entende que ela precisa ser discutido pelo Parlamento.

Opositores da medida reconhecem que ela vem sendo modificada e aprimorada, deixando de fora questões mais polêmicas e vagas -como a identificação dos lotes a serem regularizados. Por isso acreditam que pelo menos uma base da proposta possa ser aprovada em breve.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49786&_ga=2.187966056.1927522967.1641710532-1246179861.1635424175&anchor=6448331&pd=a15284532dcf01bffe7d474559d49102

Ex-auxiliares de Guedes alertam para a dívida pública elevada

ADRIANA FERNANDES

Depois de pedir para sair da equipe econômica por discordância com a quebra do teto de gastos na votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios, os exsecretários Bruno Funchal e Jeferson Bittencourt se uniram num alerta sobre o impacto do elevado endividamento público no crescimento do Brasil.

Inaugurando uma série de debates organizada pelo Instituto Millenium para 2022, os dois ex-auxiliares do ministro da Economia, Paulo Guedes, escreveram juntos o estudo Sob a Espada do Endividamento para colocar em debate os riscos do aumento dos gastos para o futuro do País.

O estudo aponta que o endividamento alto tem sido um entrave para a aprovação da **reforma tributária** ao tornar a margem de negociações pequena, não havendo disposição das partes envolvidas (governos, empresas e sociedade) de ceder via reduções da carga tributária.

Sem esse instrumento de negociação, as discussões pouco têm evoluído, reduzindo as perspectivas de se corrigir distorções do sistema tributário com ganhos de crescimento potencial decorrentes da aprovação de uma reforma.

Para Funchal e Bittencourt, as Propostas de Emenda à Constituição (PECs) 45 e 110 de **reforma tributária** não avançaram porque esbarraram em potenciais perdas de receitas.

O trabalho dos dois economistas chama atenção para o fato de que a dívida pública brasileira está, em média, 60% acima da dívida dos países considerados emergentes pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e migrando cada vez para um quadro de endividamento mais próximo das economias avançadas e com custo elevado (um dos maiores do mundo). Embora a média da dívida brasileira tenha sido 27,5% menor que a dívida média dos países avançados, a diferença vem caindo ao longo do tempo.

Para eles, a discussão do efeito da dívida sobre o crescimento é um tema central hoje na pauta econômica, mas a questão fiscal não se resume à solvência das contas públicas. E, sim, à criação de um ambiente propício ao desenvolvimento, com menor dívida pública. Por isso, a definição e o cumprimento das regras fiscais são importantes.

APERTO. Esse debate acontece num momento em que o Brasil enfrenta uma conjunção crítica de fatores: de um lado uma elevação significativa do endividamento, resultado da política fiscal ativa de combate aos efeitos da pandemia de covid- 19 e de um ciclo de aperto dos juros, que afeta a dinâmica da dívida e, de outro, a necessidade de retomada econômica, crucial para o investimento privado e para a redução mais expressiva do desemprego e dos níveis de pobreza.

"O nosso objetivo foi mostrar o peso de vivermos em um país com dívida elevada, que acaba comprometendo políticas públicas e o crescimento econômico, e, por consequência, a geração de emprego e renda", disse ao Estadão, Bruno Funchal, ex-secretário especial de Tesouro e Orçamento.

"O principal efeito sobre o crescimento é que, para financiar o Estado, diante de uma dívida elevada, o governo acaba retirando recursos que poderiam ficar disponíveis no setor privado, comprometendo novos negócios e a geração de emprego", disse.

Funchal destacou que o Brasil vive em um momento importante para rediscutir o seu futuro e quais serão os principais objetivos e ações que permitam ao País avançar institucionalmente, criando condições para que volte a crescer de forma robusta.

Ex-secretário do Tesouro, Bittencourt ponderou que é preciso entender que a dívida pública simboliza a relação da sociedade com o governo ao longo do tempo, o "peso do governo sobre os mais jovens, sobre nossos filhos e netos".

"Ter uma dívida grande e cara, ainda que administrável, compromete o investimento, o crescimento, o emprego e os níveis de pobreza." Os ex-secretários pediram demissão do cargo em 21 de outubro, no dia em que lideranças do Centrão acertaram mudar a emenda do teto de gastos, a regra que atrela o crescimento das despesas à **inflação**.

A mudança abriu espaço para R$ 113 bilhões em

gastos que incluem o Auxílio Brasil, emendas parlamentares, Fundo Eleitoral e outras medidas do programa eleitoral do presidente e do Centrão.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

BALANÇO TRIBUTÁRIO DE 2021: O PROTAGONISMO DO STF (Artigo)

RAFAEL PANDOLFO Advogado, doutor em direito tributário pandolfo@rpandolfo.adv.br

A definição da carga tributária é consequência de atos produzidos pelos três poderes. O protagonismo é sempre do Legislativo, decorrência do princípio da legalidade previsto na Constituição Federal. O Executivo também possui relevante função nessa engrenagem, tanto na elaboração quanto na sanção (ou veto) de propostas de alteração do ordenamento jurídico. O Judiciário corre por fora, seja por interferir na aplicação das leis previamente aprovadas, seja porque, ao exercer o importante papel de proteção da Constituição, funciona como legislador negativo, expulsando do sistema normas inconstitucionais.

O ano de 2021 foi marcado por muitos debates e nenhum avanço da **reforma tributária** no âmbito dos poderes Executivo e Legislativo. Chegou-se, ao final do ano, com cinco propostas mais ou menos analisadas e debati

das: a PEC 45/19, a PEC110/19 (e seu substitutivo), o PL 3887/20 e o PL 2337/21 (sem dúvida, o pior de todos). A quantidade de distintas iniciativas fala por si e retrata o lamentável quadro de indeterminação vivido.

Oano de 2021 foi marcado por muitos debates e nenhum avanço da **reforma tributária** no âmbito dos poderes Executivo e Legislativo

Enquanto isso, o Supremo Tribunal Federal proferiu decisões que materializaram, talvez, uma das maiores alterações promovidas no sistema tributário brasileiro. Em uma delas, encerrou julgamento no

qual definiu o conceito constitucional de receita bruta, espinha dorsal dos **tributos** federais. Em outra decisão, mais recente, reconheceu que a alíquota de ICMS incidente sobre a energia elétrica e as telecomunicações não pode ser superior à alíquota geral aplicada pelos Estados. Essa decisão atinge em cheio os cofres fazendários estaduais e, por esse motivo, valerá a partir de 2024.

No enredo político brasileiro de 2021, marcado pela inércia legislativa no aprimoramento do sistema tributário, o Poder Judiciário assumiu o protagonismo e não só dirimiu controvérsias sobre eixos tributários centrais como, ao que parece, encaminhou o país para uma inevitável **reforma tributária**, empurrada pelos Estados, que perderão arrecadação significativa a partir de 2024.

Site: https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20220110#page/1

Comércio Exterior bate recorde em 2021 - ECONOMIA E NEGÓCIOS EM FOCO

ECIO COSTA

A corrente de comércio brasileira (exportações + importações) foi de US$ 499,8 bilhões. As exportações foram de US$ 280,4 bilhões. O superávit comercial (exportações - importações) foi de US$ 61 bilhões. O Brasil exportou mais para a China do que para União Europeia, EUA e Mercosul juntos.

Todos esses dados foram recordes históricos, mas não para por aí. O Brasil é o país ocidental que tem o maior superávit comercial com a China. O superávit comercial que o Brasil acumulou com a China em 2021 é o maior no relacionamento bilateral entre o Brasil e qualquer país.

O Brasil exportou mais para a Ásia, excluindo China e Japão (2 maiores economias asiáticas), do que para os EUA ou UE. O Brasil exportou mais para a Malásia do que para Inglaterra, Escócia, Irlanda do Norte e Gales juntos. isso se repetiu com outros países asiáticos x europeus.

As exportações tiveram forte concentração em commodities agrícolas e minerais e apoio forte do Real desvalorizado, que deixou os produtos brasileiros mais competitivos lá fora. É certo que o Brasil vai ser o grande responsável por alimentar o mundo, que deve aumentar esse saldo.

Ao mesmo tempo que foi bastante positivo não depender dos nossos importadores tradicionais, EUA e Zona do Euro, e que o continente asiático está crescendo num ritmo importante, com países como Índia, China, Indonésia e Tailândia liderando, a concentração chinesa preocupa.

O importante é continuar expandindo mercados. As negociações do acordo UE x Mercosul precisam ser finalizadas, mas, ao mesmo tempo, a **REFORMA TRIBUTÁRIA** precisa avançar, para poder deixar os produtos industrializados num patamar mais competitivo para alcançar mais mercados.

Site:
http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/economia/2022/01/comercio-exterior-bate-recorde-em-2021.html

Reforma tributária deve ser a 1ª pauta na volta do recesso

A proposta de **reforma tributária** (PEC 110/2019) será a prioridade da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado na retomada de seus trabalhos em 2022. É o que prometeu o senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), presidente da comissão. Ele afirmou em dezembro que a proposta será pautada na primeira reunião da CCJ após o recesso parlamentar.

Davi espera que o relatório do senador Roberto Rocha (PSDB-MA) sobre a PEC seja lido na comissão no começo de fevereiro. Ele também disse que pretende encaminhar a proposta ao Plenário do Senado ainda em fevereiro, junto com um pedido de urgência.

"Eu assumo o compromisso público de que, no retorno dos trabalhos da comissão, faremos a leitura e a votação da matéria. Temos o compromisso do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, de que ele levará a proposta para o Plenário a partir da votação na CCJ", declarou Davi em reunião da comissão no dia 15 de dezembro.

Em outubro, Roberto Rocha entregou uma primeira versão de seu relatório a Rodrigo Pacheco. Na ocasião, o presidente do Senado reiterou que "o Congresso Nacional tem compromisso com a **reforma tributária**". "Precisamos entregar para a sociedade brasileira um novo modelo de sistema tributário. Todos entendem que o [atual] sistema brasileiro não é bom e precisa ser modificado porque é muito complexo, difícil de compreender e afugenta investidores", ressaltou Pacheco.

Site: https://jornal.meionorte.com/jornal-pdf#pagesjmn/16

Projeto aposentaria 2 ministros

HEITOR MAZZOCO

No forno para votação, mas também com pequenas chances de aprovação, está o projeto que revoga a Emenda à Constituição 88, resultante da PEC da Bengala, que determinou aposentadoria compulsória de ministros de Cortes Superiores aos 75 anos.

Agora, com a PEC que revoga a emenda, a idade de aposentadoria compulsória voltaria para 70 anos.

Ao ser aprovada, dois ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) aposentariam de imediato: Ricardo Lewandowski e Rosa Weber. Os dois nasceram em 1948 e completam 74 anos em 2022. Sem aprovação da PEC, os ministros deixam a Corte em 2023.

A diferença em aprovar a PEC neste ano é que permitiria o presidente Jair Bolsonaro indicar mais dois ministros para o STF antes de terminar esse mandato.

O deputado Heitor Freire (PSL-CE) apoia a discussão da proposta, mas espera que a **reforma tributária**, por exemplo, seja analisada primeiro no Congresso.

"Apoio a discussão do mérito da chamada PEC da Bengala. Eu acredito que a forma que o Judiciário é composta precisa ser revista.

Porém, estamos iniciando o ano de 2022 e temos pautas importantes que impactam a população de forma direta, como é o caso da **reforma tributária**. Então, não creio que seja o momento para este debate (da revogação da PEC da Bengala)", disse Freire.

Recesso

Calendário. Os deputados e senadores vão retomar os trabalhos no Congresso Nacional no dia 2 de fevereiro. A expectativa e de concentrar as votações no primeiro semestre.

Site:
http://otempo.emotiondigital.com.br/leitor/#/jornais/1/edicoes/16412

Chegou 2022: o ano de exercer a cidadania ativa - DA TRIBUNA

LUCAS GONZALEZ

Já estamos no ano de o brasileiro escolher senador, deputado estadual, deputado federal, governador e presidente da República.

O que muitos chamam de "festa da democracia", eu classifico como "grande responsabilidade do exercício da cidadania ativa". Para escolhermos quem nos representará, é fundamental pesquisarmos o histórico de cada potencial agente público, o seu conjunto de valores, o repertório de propostas e a viabilidade de todas elas - uma vez que melhor do que o perfeito é o feito. Em épocas de campanha, é comum ouvirmos "o impossível" e, diante de propostas mirabolantes, precisamos ter o discernimento de interpretá-las como ilusórias.

Alexis de Tocqueville, importante historiador, pensador político e escritor francês do século XIX, afirmava que a democracia, para ser saudável, exige fiscalização permanente.

Logo, muito mais do que votar, o brasileiro deve acompanhar o mandato de quem o escolheu. Sobretudo, suas votações, manifestações e projetos de lei e relatorias.

No semestre passado, por exemplo, trabalhei para aprovar dois pareceres relacionados à extensão do contrato de estágio e aprendizagem.

Ação importantíssima, ainda mais em um período de grande desemprego no país. O índice supera os 14%.

Se aumentarmos as possibilidades de manutenção do vínculo de estágio, contribuiremos para redução dos impactos do desemprego entre os jovens do país. A prorrogação do estágio contribui também para fortalecer a indissociabilidade do conhecimento teórico ao prático, o que é de suma importância para conquista do primeiro emprego.

Também tenho focado, especialmente, no que diz respeito ao mercado de trabalho. A CLT reflete uma realidade que não existe mais. A manutenção de alguns de seus dispositivos apenas prejudica a criação de novos vínculos empregatícios. Parte considerável dos gastos com a contratação é destinada ao Estado. Isso significa que, embora o empreendedor desembolse quase o dobro do salário pago ao trabalhador, a remuneração no Brasil ainda é baixa.

O Congresso Nacional precisa evoluir em pautas substanciais para o avanço do Brasil. Destaco, aqui, algumas delas: **reforma tributária** - melhorará o ambiente de negócios no Brasil; reforma administrativa - corrigirá distorções salariais no funcionalismo público; privatizações - enxugará a máquina pública; PEC emergencial - instituirá mecanismos de ajuste fiscal; Marco do Câmbio - facilitará o uso de moeda brasileira em negócios internacionais; além do homeschooling - que permitirá o ensino domiciliar.

Em síntese, todo eleitor deve conferir o trabalho concreto dos prováveis candidatos, desde já. Pesquisar, com profundidade, é o caminho para uma escolha mais assertiva, segura e propositiva para o Brasil. Já dizia Tancredo Neves: "a cidadania não é atitude passiva, mas ação permanente, em favor da comunidade".

Também é nisso que acredito.

LUCAS GONZALEZ, Deputado federal (Novo-MG)
dep.lucasgonzalez@camara.leg.br

Site:
http://otempo.emotiondigital.com.br/leitor/#/jornais/1/edicoes/16412

FOLHA DE S. PAULO / SP - FOLHAINVEST - pág.: A12. Seg, 10 de Janeiro de 2022
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Como equilibrar as finanças - MARCIA DESSEN

MARCIA DESSEN

Os gastos aumentam no fim do ano com as comemorações em família, entre amigos, e a compra de presentes. E se acumulam com as despesas do início de ano, que não são poucas: a viagem de férias, novo período escolar e os **impostos** IPTU, IPVA e Imposto de Renda.

Mesmo os orçamentos mais equilibrados e controlados sentirão o aperto, e será um desafio pagar todas as contas sem recorrer a empréstimos, hipótese que precisa ser evitada para não agravar o problema.

Não podemos usar a desculpa do inesperado, tínhamos conhecimento dessas despesas com muita antecedência, e o ideal seria nos prepararmos previamente, formando uma reserva para bancar os gastos extraordinários, guardando dinheiro durante o ano todo, um pouquinho a cada mês, ou a cada entrada extra de dinheiro.

A restituição do Imposto de Renda, por exemplo, deveria ser guardada para pagar o IR do ano seguinte ou parte do IPTU e do IPVA. Os assalariados que recebem um salário mais generoso nas férias deveriam destinar esse bônus exatamente para a finalidade atribuída, a viagem de férias com a família ou amigos.

Quem planeja e guarda uma reserva para esse acúmulo de despesas atravessa esse período com tranquilidade. Quem não se preparou precisa de um plano, de alternativas.

O parcelamento das compras feitas via cartão de crédito e dos **impostos** é uma delas. Entretanto, o parcelamento adia, mas não resolve o problema. O orçamento mensal será comprometido pelo acréscimo dessas despesas extraordinárias.

Não adianta parcelar se, simultaneamente, não tivermos um plano para fazer caber no orçamento. E só há duas formas de fazermos isso, reduzindo despesas ou aumentando a renda.

Importante não confundir o parcelamento das compras feitas com o cartão, sem juros aparentes, com o parcelamento da fatura do cartão, feito com a utilização do caro e impagável crédito rotativo. Se a despesa original não cabe no orçamento, mais complicado será quando forem acrescidos os juros. Parcelar uma fatura de R$ 1.000 em 12 prestações de R$ 185, com juros de 15% ao mês, pode parecer uma solução, mas não é. Ao final dos 12 meses, mais de R$ 2.000 saíram do seu bolso.

Sabe aquela compra (ou mais de uma) de R$ 1.000 que parecia um bom negócio? Pois é, custou R$ 2.000, o dobro, se a fatura do cartão foi parcelada. Péssimo negócio.

Buscando soluções para resolver os problemas provocados pela falta de planejamento, vejamos o que podemos fazer... Realizar trabalho extra para aumentar a renda, vender alguma coisa que tenha valor, realizar permuta oferecendo prestação de serviço em troca de outro serviço, adiar compromissos que permitam essa possibilidade, renegociar contratos de serviços, essas são algumas alternativas.

Quem foi prudente e guardou dinheiro para essas despesas excedentes tem a chance de pagar alguns **impostos** à vista, como o IPTU e IPVA, por exemplo, beneficiando-se do desconto concedido.

Entretanto, é preciso ficar atento para não ficar sem liquidez. Quem fica com o caixa muito justo corre o risco de ser obrigado a parcelar a fatura do cartão de crédito diante de qualquer imprevisto futuro. O custo desse parcelamento será muito maior do que o desconto, não compensa optar pelo pagamento à vista; preferível ficar com o caixa e parcelar os **impostos** sem a incidência de juros.

Comece desde já a formar uma reserva para as despesas extraordinárias do novo período que acaba de começar. Poupe antes, gaste depois, e escreva um final mais feliz para o próximo capítulo dessa história.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49786&_ga=2.187966056.1927522967.1641710532-1246179861.1635424175&anchor=6448331&pd=a15284532dcf01bffe7d474559d49102

Produção da indústria encolhe 20% em 10 anos e enfraquece a economia

DANIELA AMORIM VINICIUS NEDER

Ainda sob os efeitos da crise causada pela covid-19, a indústria brasileira chegou a novembro passado com seis meses de quedas na produção, marcando uma década perdida e uma redução de 20% desde 2011.

Apesar da pandemia, as dificuldades vêm de antes. Ao longo da década de 2010, a participação da indústria no Produto Interno Bruto (**PIB**) encolheu 33%, e foram aniquilados cerca de 800 mil empregos no setor, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os efeitos se espalham, já que as vagas formais são uma marca do emprego industrial, mostra estudo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi).

"O setor industrial, ano a ano, vem perdendo espaço na estrutura econômica do País", diz André Macedo, gerente da Pesquisa Industrial Mensal (PIM), do IBGE.

Após afundar com a paralisação das fábricas em meio ao isolamento social, no início da pandemia, a produção ensaiou uma recuperação no segundo semestre de 2020 e chegou a superar o nível pré-covid-19.

Ao longo de 2021, porém, a retomada rateou. Segundo o IBGE, depois de seis meses de quedas consecutivas, a produção industrial operava, em novembro, 20,4% abaixo do pico alcançado em maio de 2011.

FATIA MENOR. Com a produção andando de lado, a indústria vem perdendo participação na economia como um todo.

De 2010 a 2020, a fatia do setor no **PIB** caiu de 27,4% para 20,5%. Em outubro de 2021, o **PIB** industrial ainda era 14% menor do que em março de 2014, último mês antes da recessão que se estendeu até 2016, mostram cálculos com base em estimativas do Monitor do **PIB** da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Segundo economistas ouvidos pelo Estadão/Broadcast, a indústria vem sendo afetada por uma combinação de problemas conjunturais, que variam conforme a crise do momento, e estruturais. São eles **inflação** e juros elevados, câmbio desfavorável (quando a cotação do dólar fica baixa demais perante o real, dificulta as exportações e favorece as importações), desequilíbrios nas contas do governo, incertezas políticas e econômicas, gargalos de infraestrutura, o complexo sistema tributário, a falta de mão de obra qualificada e o custo da energia.

O economista-chefe do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), Rafael Cagnin, lembra que a redução do peso da indústria no **PIB** ocorre desde o fim da década de 1980. O especialista inclui no rol de problemas a abertura comercial "abrupta", com redução de tarifas de importação, a partir dos anos 1990.

Para o economista-chefe da Federação das Indústrias do Rio (Firjan), Jonathas Goulart, em meados da década passada, o aumento de **impostos** e a elevação de gastos públicos chegaram ao limite, causando rombos grandes demais nas contas do governo.

O PESO DOS JUROS. O desequilíbrio nas contas do governo torna o problema estrutural do sistema tributário ainda maior e afeta problemas conjunturais, como a alta do dólar no mercado financeiro, que serve de combustível para a **inflação**, explica Goulart. Diante da perspectiva de mais **inflação**, os juros futuros sobem no mercado financeiro e, em seguida, o Banco Central sobe os juros básicos. O crédito mais caro arrefece a demanda dos consumidores, ao mesmo tempo em que torna o investimento da indústria menos vantajoso.

Cagnin observa que a indústria de transformação tem um efeito multiplicador na economia.

Conforme cálculos do Iedi, cada R$ 1 gerado pelo segmento leva ao acréscimo de R$ 2,14 no **PIB**. No setor de serviços, o efeito final é de R$ 1,46; na agropecuária, de R$ 1,67.

Em quase uma década, o setor perdeu 834 mil postos de trabalho

A crise da indústria na última década, com o fechamento definitivo de linhas de produção no País, como as de veículos da Ford, de TVs da Sony e de TVs e equipamentos de áudio da Panasonic, se

espalha também pelo mercado de trabalho. Além de ceifar empregos, o fechamento de fábricas piora a qualidade do trabalho, mostra estudo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi).

Após a década perdida, a indústria chegou ao trimestre terminado em outubro de 2021, último dado divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com 12,241 milhões de trabalhadores ocupados.

No início da série histórica, no primeiro trimestre de 2012, esse contingente era de 13,075 milhões. Ou seja, em quase uma década, 834 mil empregos foram perdidos.

Na comparação com 2014, o número de vagas fechadas é de cerca de 1 milhão.

A redução é ruim para a qualidade do mercado de trabalho porque os empregos industriais estão entre os melhores.

Cálculos do Iedi, com base nos dados do IBGE, mostram que, na média de 2019 a 2021, 63,9% da força de trabalho da indústria tinham carteira assinada. Nos serviços, a proporção é de 40% e na agricultura, 16,6%.

"A grande alavanca do emprego formal é a indústria. É importante para o sujeito que trabalha, mas também para o dinamismo econômico", diz o economista-chefe do Iedi, Rafael Cagnin. "Não é só uma questão de favorecer o empregado, ter direitos, receber décimo terceiro.

A capacidade de compra dele é potencializada pelo emprego com carteira, o que se traduz em mais produção industrial." l D.A. e V.N.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

O elusivo ajuste fiscal de Paulo Guedes (Artigo)

Claudio Adilson Gonçalez

O resultado primário do setor público consolidado, que inclui União, Estados, municípios e estatais (exceto Petrobras e Eletrobras), deve ter fechado 2021 com superávit próximo a 1% do **PIB**, apesar de o governo federal ter, provavelmente, registrado déficit em torno de 0,5% do **PIB**. Foi o primeiro resultado positivo desde 2013. Além disso, a dívida bruta do governo geral (DBGG), conceito Banco Central, que chegou a 89% do **PIB**, em fevereiro de 2020, deve ter caído para 80% do **PIB**, ao final do ano passado.

Mas não é correto tomar esses números a valor de face e sair comemorando, como tem feito o ministro Guedes. O ano passado foi marcado por condições excepcionalmente favoráveis para as contas públicas, que se reverterão completamente a partir de 2022.

De longe, o maior aliado da execução fiscal do governo foi o forte crescimento da **inflação**.

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) saltou de 4,52%, em 2020, para mais de 10%, em 2021. A **inflação** que corrige o valor nominal do **PIB** e a base de incidência da maior parte dos **tributos** e contribuições (deflator do **PIB**) alcançou, em 2021, cerca de 12%.

Segundo estimativas do economista Bráulio Borges, divulgadas no blog do Ibre/FGV, a **inflação** impulsionou as receitas recorrentes do governo em cerca de R$ 174 bilhões (2% do **PIB**). Ou seja, não fosse isso, o resultado primário do setor público teria sido deficitário, como vem ocorrendo desde 2014.

Dado que as despesas orçamentárias foram fixadas levando em conta a **inflação** de 2020, enquanto as receitas foram corrigidas pela **inflação** de 2021, é claro que o resultado primário do ano passado foi muito favorecido.

A **inflação** dilapidou o poder de compra da população, mas foi forte aliada dos bons números fiscais divulgados orgulhosamente por Guedes.

A queda da razão DBGG/**PIB**, em relação ao pico atingido em fevereiro de 2020, foi ainda mais intensamente favorecida pelo comportamento dos índices de preços nos últimos dois anos. O valor do **PIB** nominal cresceu cerca de 17% sobre o de 2020, dado o deflator de 12%, acumulado com o crescimento real de 4,5%. Já a DBGG foi beneficiada pelas baixíssimas taxas de juros (nominal e real) praticadas durante a pandemia.

Todas as variáveis que ajudaram a reduzir o endividamento público trocarão de sinal em 2022. A parte fácil do crescimento, ou seja, recuperar o mergulho do segundo trimestre de 2020, já ocorreu. No corrente ano, teremos crescimento próximo de zero, ou até mesmo negativo. A **inflação** tende a cair, e o deflator do **PIB** deve ficar apenas ligeiramente acima do IPCA, o que deixará de favorecer a arrecadação do governo.

Ficará claro que o crescimento real da receita observado em 2021 não teve nada de estrutural, como o governo costuma alardear.

A não ser na realidade paralela em que vive Paulo Guedes, até agora esse governo não realizou qualquer ajuste fiscal.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Gastos tributários (Artigo)

Francisco Tavares

A transparência e a eficiência do Estado ao gastar o dinheiro público é um elemento fundamental para o Estado Democrático de Direito, além de justa preocupação da sociedade civil.

Apesar de incontáveis limites e problemas (como declarações de sigilo sobre 99,2% das despesas do presidente com o cartão de pagamentos do governo federal), a imprensa, os órgãos de controle e os movimentos sociais buscam e divulgam dados e análises sobre o modo como o governo aporta recursos.

A onda de indignação semeada por situações como a da compra de produtos alimentícios de luxo em favor de militares, com verbas que deveriam se destinar ao combate à mais grave crise sanitária de nossa história republicana, indica que as pessoas, em geral, se preocupam e se interessam pelas finanças do Estado.

Há, porém, um aspecto fundamental deste tema que costuma receber menor atenção. Trata-se dos gastos tributários, assim entendidos como aqueles que decorrem do repasse de valores, por meio de incentivos ou benefícios, ao setor privado.

O governo pode gastar de duas maneiras. A mais conhecida reside na prestação de políticas ou garantia de direitos por meio do orçamento público, que é anualmente aprovado pelo Legislativo.

São despesas públicas, também, as somas decorrentes de renúncias, exonerações ou favores fiscais. Estes valores assim se definem porque, quando se concede uma vantagem a um grupo de contribuintes, o que se deixa de arrecadar acarreta a redução de serviços públicos, o aumento de **tributos** sobre os demais cidadãos, a elevação da dívida pública ou a necessidade de expansão da base monetária. O que se espera, então, é que um gasto tributário propicie consequências benéficas, como geração de emprego, redução de desigualdades ou promoção do meio ambiente.

Há, entretanto, insuficiente controle e transparência nessa seara. O problema é agravado quando se constata que um recurso orçamentário é objeto de discussão parlamentar a cada ano, ao passo que a renúncia de receita favorece, sempre, os mesmos particulares versados na lei que o institui.

Recentemente, duas medidas legislativas orientadas ao aprimoramento desse cenário foram aprovadas. O Congresso alterou o artigo 198 do Código Tributário Nacional, para dispor que informações sobre "incentivo, renúncia, benefício ou imunidade de natureza tributária cujo beneficiário seja pessoa jurídica" não estão sob a proteção do sigilo fiscal. Em Goiás, a Assembleia aprovou um projeto de lei, que aguarda apenas a sanção do governador, dispondo sobre o controle e transparência dos benefícios fiscais referentes ao ICMS.

Essas duas novidades legislativas são importantes conquistas da sociedade. Em breve, será possível saber, detalhadamente, se empresas beneficiadas por favores fiscais realmente geraram empregos, atenderam às normas ambientais e trabalhistas ou contribuíram para a melhoria das condições de vida das populações afetadas por suas atividades. Este é um passo importante para que os gastos públicos jamais beneficiem apenas uma limitada parcela de interesses privados.

Francisco Tavares

Professor da Faculdade de Direito da UFG e vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito e Políticas Públicas

Site: https://opopular.com.br/digital/10-janeiro-2022/1o-caderno

Educação financeira

0 início de um novo ano traz para muitas pessoas a oportunidade de recomeço, de tirar planos do papel e de reorganizar a própria vida, com a esperança de que neste ciclo tudo dará certo. Uma das metas bastante comuns é de colo- car as finanças em dia, seja saindo das dívidas, juntando dinheiro ou mesmo começando a investir.

Neste momento, é normal fazer promessas de mudanças abruptas de hábitos para alcançar objetivos. Porém, mais importante do que ir do 8 ao 80 é ter o planejamento em primeiro lugar.

Seja qual for o objetivo financeiro, o primeiro passo é sempre realizar um diagnóstico das finanças, colocando na ponta do lápis tudo o que entra e sai em termos de dinheiro. Feito isso, o coordenador do MBA de gestão financeira da FGV, Ricardo Teixeira, indica que se devem traçar metas realistas e alcançáveis.

"O planejamento realista é aquele que consegue ser cumprido. Tem que saber o quanto você efetivamente ganha. Disso, quanto você pode abrir mão para poupar ou pagar dívida. Você não aguenta muito tempo no esforço, vai acabar furando. Tem que ver quanto é confortável para você sobreviver e quanto sobra. Não adianta esticar a corda 'porque é começo do ano, vou me sacrificar'. Ninguém consegue por muito tempo", afirma Ricardo Teixeira.

Planejamentofinanceiro Anotar todos os ganhos e despesas é fundamental para quem quer ter uma vida financeira equilibrada. Esse controle pode ser feito em um caderno, planilha ou aplicativo, da forma como a pessoa se adaptar melhor.

O importante é que conste todos os gastos, desde um cafezinho a compras maiores. Só assim é possível identificar por onde o dinheiro está saindo e cortar custos para cumprir objetivos financeiros.

A indicação do educador financeiro e comportamental da DSOP, Jorge Navarro, é realizar esse acompanhamento durante 30 dias mantendo os hábitos comuns, a fim de se traçar um diagnóstico do padrão de consumo.

"O primeiro passo não é você querer mudar os seus hábitos de uma hora para outra. Se você gosta de jantar fora, da pizza na sexta-feira, você não vai cortar de uma vez. Nos primeiros 30 dias não muda sua rotina, mas anota para onde está indo seu dinheiro", orienta Navarro.

O planejamento financeiro ideal deve levar em consideração gastos fixos, como aluguel e conta de luz, variáveis, mas necessários, como supermercado, e também gastos voltados para lazer. É importante ter em vista sempre os sonhos, sejam individuais, da família ou do casal; ter as finanças em dia é o caminho para alcançá-los.

"Valorize os seus sonhos, nunca um só. Tem que ter no mínimo 3 sonhos, um de curto, um de médio e um de longo prazo. Sair das dívidas pode ser um dos sonhos, mas nunca pode ser o único. Tem que ter sonhos para você realizar, uma finalidade", diz o educador financeiro e com-portamental da DSOP.

Sairdasdívidas A organização financeira começa por sair das dívidas para quem tem débitos pendentes. Para além dos gastos e ganhos, quem está endividado também deve começar levantando o quanto e para onde se deve. Tendo noção do montante de dívidas, chega a hora de entrar em contato com todos os credores em busca de uma negociação. Essa conversa pode ser feita tanto diretamente com a empresa como por meio de empresas especializadas em negociação de dívidas e espaços como o Serasa Limpa Nome.

"Se tem dívida com vários credores, precisa chamar todos. Explica a situação e compara quem te dá a melhor proposta. Todos os credores querem negociar. É preciso avaliar as propostas e assumir algo que está dentro da sua realidade, não aceitar algo que não pode, porque aí é pior", chama atenção o superintendente de risco e cobrança da Uze, Giuliano Manocchio.

O diagnóstico financeiro é fundamental neste momento, para que o endividado não se comprometa a pagar parcelas maiores do que cabem no seu orçamento. Aceitar condições que, por mais que ofereçam desconto, não caibam na realidade do devedor é um erro.

Jorge Navarro indica que se deve começar a quitar as dívidas em uma ordem de prioridade, partindo primeiro de débitos em contas fundamentais - como em conta de energia ou água -, para dívidas que têm bem como garantia - financiamentos de carro ou imóvel - e, por fim, os débitos com juros mais altos.

"Depois dessas dívidas de juros maiores, vai para carnê, boleto, crediário. Esses juros além de serem

menores se consegue negociar com um prazo muito bom. Mas não pode se esquecer de forma alguma os **impostos**. Se você não pagar IPVA, você não pode fazer licenciamento e não pode rodar", destaca Navarro.

Guardar dinheiro Já para quem está interessado em guardar um pouco do dinheiro que recebe, o indicado é todos os meses poupar uma parte da renda.

"A dica é se planejar, tudo é em torno do planejamento. Tem que fazer uma planilha para o ano todo. Se um mês sobra dinheiro, pode fazer algo que estava fora da planilha. Se faltar, tem que cortar. A única forma de não se endividar é fazer esse balanço todos os meses", reitera Ricardo Teixeira.

Site: https://diariodigital.verdesmares.com.br/assinante

Alerta: crédito fácil pode levar o consumidor ao endividamento

KARILAYN AREIAS

Na crise, muitos consumidores acabam recorrendo ao cheque especial ou ao cartão de crédito para quitarem dívidas ou terem mais poder de compra. Entretanto, especialistas em Educação Financeira alertam que essa atitude pode levar ao endividamento se não for feita com prudência, já que, como mostram os números, atualmente o Brasil possui cerca de 12 milhões de famílias com dívidas, conforme apontou a pesquisa da Confederação Nacional do Comércio, Bens, Serviços e Túrismo (CNC).

Segundo o Analista de Mercado da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor Proteste, Rodrigo Alexandre, quase sempre o endividamento começa sem ser percebido. Por esse motivo, a atenção deve ser redobrada.

"No primeiro mês, o consumidor não consegue pagar o total da fatura do cartão de crédito, sendo obrigado a entrar no rotativo. No segundo mês, o valor da fatura já começa a comprometer uma parte grande do salário", explica o especialista.

Especialista alerta que, quanto mais fácil o crédito, mais altas são as taxas de juros cobradas "Em consequência disso, a pessoa se vê obrigada a utilizar o limite do cheque especial, até que chega um ponto que ela precisa buscar outras linhas de crédito e, com o desespero de resolver a situação, acaba aceitando a primeira oferta de crédito oferecida, pegando um empréstimo para quitar outro empréstimo, e o efeito bola de neve começa", exemplifica ele, ao citar como funciona o ciclo da formação das dívidas.

FACILIDADE

Ainda de acordo com Alexandre, o consumidor precisa ter cuidado na hora de contratar crédito, pois a facilidade dada pelas financeiras aumenta as chances de endividamento. "Quanto mais fácil o crédito, mais altas são as taxas de juros cobradas, e quando o consumidor se vê sem saída, a tendência é que, ao tentar resolver o problema, se enrole em mais dívidas", frisa.

RESERVAFINANCEIRA

Como antídoto, Alexandre cita o planejamento e a criação de uma reserva financeira para evitar apertos no orçamento. "Sem um dinheiro guardado, qualquer emergência ou situação que saia do 'script' diário (compra de remédios, conserto de um aparelho, obras emergenciais em casa, acidente de trânsito, entre outros) pode destruir o seu orçamento. Por isso a importância de organizar os gastos mensais e, se possível, reservar 30% do seu salário para despesas extras. Afinal, ninguém está livre delas", ressaltou.

Cuidado com as compras parceladas

O especialista Rodrigo Alexandre também alerta para o cuidado com as compras parceladas, que podem causar um caos no orçamento. "O problema é que é fácil, e também comum, perder a visão do conjunto todo. Resultado: várias pequenas parcelas viram uma grande dívida no final do mês, a ponto de não ter como quitá-la", analisa.

Os pequenos gastos também são outro fator que Rodrigo destaca como algo para ficar de olho. "Muitas vezes, as pessoas se preocupam com contas maiores, como aluguel e prestação do carro, entre outras, mas se esquecem de pequenas despesas do dia a dia. É uma água para matar a sede, um lanchinho, um cafezinho. Gastos que, quando somados, no final do mês, representam uma boa parte dos ganhos. Por isso é importante ter um controle das pequenas despesas também", finaliza.

IPTU e IPVA: é melhor quitar os **impostos** à vista ou em parcelas?

O mês de janeiro é conhecido por suas diversas despesas, entre elas gastos com o IPTU ou IPVA. O pagamento desses **impostos** impacta na já apertada renda das famílias e traz a dúvida de qual é a melhor forma de quitá-los: à vista ou parcelado?

De acordo com o presidente da Associação Brasileira de Educadores Financeiros (Abefin), Reinaldo Domingos, antes de ter essa resposta, é preciso saber em que situação financeira você se encontra: endividado, equilibrado financeiramente ou investidor.

"Se for a primeira ou segunda opção, dificilmente conseguirá

Quanto mais fácil o crédito, mais altas são as taxas de

juros cobradas, e quando o consumidor se vê sem saída, a tendência é que, ao tentar resolver o problema, se enrole em mais dívidas" RODRIGO ALEXANDRE, analista de Mercado da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor Proteste fazer o pagamento à vista, restando o caminho do parcelamento. Lembrando que se deve evitar ao máximo recorrer a empréstimos, limites do cheque especial ou qualquer outra maneira de crédito do mercado financeiro, pois isso apenas se tornaria uma bola de neve, devido aos juros altíssimos cobrados. Caso a situação financeira esteja mais confortável, tendo uma reserva financeira, recomendo, sem dúvida nenhuma, que o pagamento seja feito à vista. Cada estado pratica o próprio desconto, mas, em média, o contribuinte obterá 3% de desconto no IPVA e 4% no IPTU. Contudo, existem casos que podem chegar a 10%", diz.

Site: https://flip.odia.com.br/edicao/impressa/9877/10-01-2022.html

Estagnação não será revertida a curto prazo

ROSANA HESSELFERNANDA STRICKLAND

Um dos principais motores da economia de um país é o investimento, mas ele só ocorre de forma expressiva quando há confiança no governo e crescimento. Historicamente, o Brasil cresce pouco e tem investimento baixo. E, para que o Produto Interno Bruto (**PIB**) cresça de forma robusta e sustentada em torno de 5% ao ano, a taxa de investimento precisa ser superior a 25% do **PIB**, segundo especialistas. Mas, conforme dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) iniciados em 1980, o Brasil nunca conseguiu ter uma taxa de investimento elevada.

Pelas projeções do organismo multilateral, que tem estimativas mais otimistas do que as do mercado para o crescimento da economia brasileira, o país não conseguirá ter uma taxa de investimento de 20% do **PIB**, pelo menos, até 2026. O FMI prevê alta de 1,5% no **PIB** brasileiro neste ano, acima da atual mediana das previsões dos analistas ouvidos pelo Banco Central (BC), que estima crescimento de 0,36%. Mas muitos analistas e grandes instituições financeiras não descartam um cenário de estagnação, ou até mesmo de recessão, em 2022.

Quando um país não cresce, é difícil para o investimento produtivo aumentar, especialmente em um ano cheio de incertezas por conta das eleições presidenciais e da deterioração dos fundamentos macroeconômicos, segundo especialistas.

A série histórica do FMI, iniciada em 1980, mostra que o patamar mais elevado da taxa de investimento do Brasil ocorreu em 1994, de 23,5% do **PIB**. Naquele ano, foi iniciado o Plano Real, que conseguiu domar o dragão da hiperinflação, e o país cresceu 5,3%. Pelas estimativas do Fundo, apesar da recuperação em relação aos pisos recentes, a taxa de investimento do Brasil deverá encerrar o ano em 17,2%, abaixo da média global, de 26,7% do **PIB**, e menos da metade da taxa chinesa, de 44,6% do **PIB**. Já pelos dados do Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE), a taxa de investimento do país chegou a 19,4% do **PIB**, índice acima dos 16,3% registrados no mesmo período de 2020 ? o que foi comemorado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, e pela sua equipe. Contudo, o patamar desse indicador está quase 5% abaixo do pico do terceiro trimestre de 2010 na série histórica do IBGE, iniciada em 1996.

O consenso entre os especialistas é de que o atual cenário está mais desafiador, sem ajuda do setor externo como no passado. Segundo eles, neste ano, um dos motivos que devem travar os investimentos, é a deterioração do quadro fiscal, após aprovação da PEC dos Precatórios. E, com a **inflação** persistente e elevada no país e lá fora e sem uma ajuda do governo na área fiscal, o Banco Central precisará manter o ciclo de alta da taxa básica de juros (Selic), atualmente, em 9,25%, para dois dígitos ao longo do ano ? o que é péssimo para os investimentos público e privado, porque encarece o custo do crédito.

Reformas

Analistas também reconhecem que ainda existem incertezas em torno das promessas do ministro da Economia, Paulo Guedes, feitas em evento do setor de construção de que existem cerca de R$ 700 bilhões de investimentos contratados para os próximos 10 anos. Eles consideram o volume baixo para garantir patamares mais sustentáveis de crescimento econômico e admitem que ainda não há garantias reais de que eles ocorram se o cenário macroeconômico não melhorar. E, quando questionada sobre a previsão da pasta sobre o tamanho da parcela dessa projeção de investimentos que deverá ocorrer em 2022, a Economia evita fazer uma estimativa. Especialistas lembram que as últimas previsões da pasta para o crescimento do **PIB** brasileiro neste ano, de 2,1%, são mais otimistas até do que as do BC, de 1%.

O economista Simão Davi Silber, professor da Universidade de São Paulo (USP), reconhece que o investimento no país tem muitas dificuldades para aumentar neste ano e nos próximos. Ele recorda que o país não conseguiu crescer, em média, acima de 1% ao ano na última década e, pelos cálculos dele, "para ter uma expansão de 4%, seria necessária uma taxa de investimento de 25% do **PIB**". Logo, para melhorar esse quadro, ele afirma que será preciso destravar as reformas, algo que não está mais no radar. "Isso significa que temos uma possibilidade de crescimento e de ampliação da capacidade produtiva bastante modesta. A taxa de investimento atual é meio fajuta, porque não há desconto da depreciação. Se a descontarmos, o investimento líquido é zero".

Como o estoque de capital no Brasil é velho, acrescenta Silber, "não temos cálculo da depreciação, que pode chegar de 4% a 5% do **PIB**, em termos líquidos, mesmo se a taxa de investimento fosse 20%, ela seria, na verdade, de 15%. Portanto, é preciso 4% de investimento para gerar 1% de produto na margem.

Logo, se o país investe 16%, não dá para crescer mais de 2% ao ano". Ele reforça que será "muito difícil" para o país conseguir chegar a ter uma taxa de 24% do **PIB**.

Na avaliação dos especialistas, o país continua preso na armadilha do baixo crescimento, e, por isso, não há grandes perspectivas de aumento dos investimentos em 2022, ano em que o presidente Jair Bolsonaro (PL) mergulha de cabeça no populismo pela reeleição. O professor da USP destaca que essa deterioração das perspectivas econômicas também é resultado do estrago das ações recentes do governo Bolsonaro, que marcou retrocessos na agenda econômica e fiscal.

"Não tem reformas. Não tem privatização. O sistema tributário é muito ruim e não há uma boa reforma encaminhada. Há um excesso de gasto do governo, que é ineficiente e não adota medidas para revisar esses gastos. Não dá para comemorar os R$ 700 bilhões de investimentos contratados que o governo anuncia por conta das concessões em infraestrutura, porque não há uma certeza de que serão concretizados se o quadro macroeconômico continuar desfavorável", alerta Silber.

A economista Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), avalia que os investimentos em concessões anunciados pelo governo são positivos, mas não são suficientes em um cenário em que o mundo não deverá ajudar o país a crescer. "O cenário internacional não será favorável neste ano, ao contrário do que ocorreu no início dos anos 2000, quando houve o boom das commodities que favoreceu países emergentes, como o Brasil. E este início de década será muito mais desafiador, porque todos os países estão lidando com as consequências de uma pandemia, que também provocou uma **inflação** global", ressalta.

Incertezas

De acordo com Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, os investimentos anunciados por Guedes não devem ser garantia de crescimento do Brasil. "O país não será a fronteira de investimento que o ministro costuma prometer. É preciso uma mudança de mentalidade sobre a necessidade ainda de se ajustar o fiscal e, hoje, não há garantias de continuidade das reformas, que estão em suspenso. Os riscos me parecem muito grandes de que voltaremos a ter dificuldades a partir de 2023", afirma.

O especialista da MB prevê zero de crescimento da economia neste ano, mas não descarta o risco de o **PIB** ser negativo. Ele ressalta que há concessões que podem acontecer neste ano, o que é importante para a área de infraestrutura, uma continuidade desse processo. "Mas não significa forte empuxo de investimentos agora, porque o cenário de crescimento de longo prazo está abalado pelas incertezas políticas. Não está claro quem será o próximo presidente, mas cada vez fica mais claro que, talvez, o novo governo não será reformista. Essa é a grande dificuldade neste momento. Por isso, o investimento privado tende a acontecer num ritmo muito lento neste ano, até haver clareza do xadrez político para, eventualmente, o investimento desacelerar ainda mais", alerta.

Para o economista César Bergo, sócio diretor da Open Invest, não há como pensar em crescimento sustentado do país na atual conjuntura. "Sabemos que, apesar de uma melhora no cenário da pandemia, enfrentamos um quadro de incerteza, que afeta diretamente os investimentos. Temos uma situação fiscal frágil e um nível de desemprego elevado. O crescimento que observamos em 2021 é mais fruto do maior uso de fatores de produção ociosos do que de novos investimentos", afirma.

O economista e especialista em contas públicas Raul Velloso também alerta que a economia não vai crescer de forma robusta se não houver investimento pesado de infraestrutura. "Investir é construir. Tudo aquilo que não dá para importar de fora e for importante para o crescimento da economia, tem que ser construído dentro do país", afirma. Para ele, o setor público precisará agir quando o setor privado não tiver disposição para investir, mas existem limitações orçamentárias. "O investimento, em geral, não pode ser substituído pelo privado. Tem que se fazer com o dinheiro público. Só que, se o setor público não estiver com dinheiro suficiente, ele não consegue fazer", lamenta.

Bitcoin e outros criptoativos devem ter 2022 desafiador

Clayton Castelani

Criptoativos entregaram ganhos extraordinários em 2021. Mas ao trocar a vista do retrovisor pela do para-brisas, o cenário deste início de 2022 se apresenta desafiador para esses ativos. A crise no Cazaquistão, um dos principais polos de mineração de bitcoin, e os efeitos da **inflação** na política monetária global prejudicam dois elementos importantes para a ascensão desses ativos: publicidade positiva e abundância de liquidez no mercado financeiro.

Dificuldades que não precisam ser motivos de desestimulo para novos investidores, mas servem de alerta para que decisões sobre como e quanto aplicar sejam cuidadosas. Entender a lógica desse mercado é o primeiro passo para equilibrar os riscos.

Enquanto uma moeda tradicional pode hipoteticamente ser emitida infinitamente por vontade de bancos centrais ou governos, os principais criptoativos são programados para serem limitados.

Para emitir esse ativo, programadores devem decifrar e encadear blocos de códigos lançados na internet por desenvolvedores. Por isso essa tecnologia é chamada blockchain, uma corrente de blocos.

Mineração é como ficou conhecido esse trabalho de validação de criptoativos. A atividade requer a resolução de problemas matemáticos complexos, que exigem a utilização de computadores interligados e com alta capacidade de processamento. Projetados por diferentes desenvolvedores, esses ativos têm sua valoração afetada pela confiança de investidores quanto à qualidade da programação que cada um deles carrega, além da aceitação deles para a realização de transações.

Isso explica porque o bitcoin é o mais valioso. E considerado uma moeda, de fato, por especialistas desse mercado. "É um projeto seguro, que está completamente pronto", diz Lucas Passarini, analista de negócios do Mercado Bitcoin.

A maturidade do projeto também justifica a valorização inferior em relação a muitos dos seus pares. Em 2021, a cotação em reais do bitcoin subiu 69%, segundo dados do Mercado Bitcoin.

O ganho supera largamente o de investimentos tradicionais. Mas não chega perto da alta de 448% do ethereum, cujo projeto é considerado robusto, mas em um grau de maturação inferior ao do bitcoin. Desenvolvido para funcionar como unidade de monetização de um jogo de videogame, o Axie Infinity Shards - que não é uma moeda, mas é um criptoativo com utilidade específica- teve sua cotação elevada em 18.537% em 2021. Subiu de R$ 2,81 para R$ 523.

Outros criptoativos registraram valorizações extraordinárias ao longo do ano passado. São projetos cuja capitalização de mercado partiu de patamares baixos, mas que ganharam visibilidade ao receber aportes generosos para desenvolvimento, conseguindo assim a atenção de investidores, segundo Passarini.

A condição para isso foi facilitada pelo elevado nível de liquidez no mercado financeiro em 2021. Bancos centrais em todo o mundo afrouxaram a política monetária para manter a economia aquecida durante as piores fases da pandemia. Reduções nas taxas de juros combinadas a programas de compras de ativos deram estímulo e dinheiro para investidores aplicarem em mercados arriscados, segundo Rodrigo Soeiro, fundador da Monnos Cryptobank.

Os tempos da fartura podem estar no fim. Autoridades monetárias de todo o mundo estão encerrando esses programas de estímulo para tentar frear uma **inflação** global que vem ganhando força. Apertos monetários são considerados por especialistas como um obstáculo mais importante aos criptoativos do que crises em regiões com participação importante na mineração, como é o caso do Cazaquistão.

O país é a segunda maior mineradora de bitcoins do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos, mas quase sumiu do mapa de prospecção da moeda na última quarta-feira (5).

O presidente Kassim-Jomar Tokaiev mandou cortar a internet e a telefonia celular do país. A medida tentava desarticular manifestações contra o preço dos combustíveis.

Diante da instabilidade, mineradores liquidaram ativos e provocaram desvalorização diária de 5,21% do bitcoin. O pessimismo contaminou o mercado e outros

criptoativos também cederam.

"O histórico de tensões sociais e geopolíticas em locais de concentração de mineração leva mineradores a liquidar posições para arcar com os custos da paralisação, que eles não sabem quanto vai durar, e também com os custos da transferência para outros países", diz Passarini.

Um exemplo de conflito que ganhou projeção com a crise no Cazaquistâo é sobre o consumo de energia. Segundo reportagem do Financial Times, algumas cidades do país enfrentaram apagões em meio ao inverno diante da sobrecarga no sistema causada pela mineração. A operadora local disse que racionaria a energia destinada à atividade.

Diferente de como 2022 está começando, o ano de 2021 ofereceu um pacote de boas notícias para os criptoativos. A mais chamativa foi a decisão de El Salvador em se tomar o primeiro país a adotar oficialmente o bitcoin como moeda.

O país também anunciou a criação de uma cidade voltada à mineração de bitcoin. A demanda energética exigida nessa atividade seria suprida pela geração termal provida pelo vulcão Conchagua.

Assim como outros investimentos de renda variável, criptoativos estão sujeitos a condições políticas, econômicas, sociais, geográficas, entre outras. Alem disso, há agravantes para o risco, como a ausência de regulamentação, a falta de conhecimento da maioria dos investidores e a presença de golpistas dispostos a tirar proveito de entusiastas. A regra é aplicar pouco: entre 1% e 5% da carteira, segundo Rodrigo Monteiro, diretor- executivo da ABCripto (Associação Brasileira de Criptoeconomia).

"Comece com pouco para ganhar confiança. Faça um teste com R$ 10, com R$ 100, depois com R$ 1.000. Compre, venda, transforme em dinheiro. Leia a respeito e entenda a lógica nos primeiros meses." Corretoras estabelecidas e com boa reputação no mercado devem ter a preferência do investidor iniciante. "É como qualquer outro investimento. Você só deve aplicar naquilo que confia e acredita", afirma.

Quanto mais novo e desconhecido é o ativo, menor deve ser o valor aplicado, diz Passarini, do Mercado Bitcoin. "É importante ir naquilo que a gente sabe que é bom. O bitcoin e o ethereum não vão mais subir a 16.000%, mas eles certamente não irão a zero em um curto espaço de tempo."

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49786&_ga=2.187966056.1927522967.1641710532-1246179861.1635424175&anchor=6448331&pd=a15284532dcf01bffe7d474559d49102

Demografia e previdência (Editorial)

As projeções demográficas indicam que, com exceção da África e alguns poucos países, as populações nacionais serão cada vez mais velhas e menores ao longo do século 21. Isso impõe pressões permanentes sobre os sistemas previdenciários. Garantir aposentadorias financeira e socialmente sustentáveis exigirá difíceis decisões políticas: ou aumentar o valor das contribuições, ou elevar a idade de aposentadoria, ou reduzir o valor dos benefícios. No Brasil não é diferente.

É questão de poucos anos até que a reforma da previdência de 2019 tenha de passar por uma revisão.

Um modelo que demanda a atenção dos legisladores é o conjunto de mecanismos de ajuste automático dos sistemas previdenciários. Estes expedientes foram destaque do último Panorama da Previdência da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

A fim de evitar entraves políticos recorrentes, muitos países editaram regras que alteram automaticamente os parâmetros da previdência, como a idade de aposentadoria, benefícios ou taxas de contribuição, conforme as alterações nos indicadores demográficos, econômicos ou financeiros. Cerca de dois terços dos países da OCDE utilizam alguma forma de ajuste automático.

Há pelo menos quatro tipos de ajustes: contas nocionais (nas quais as contribuições dos trabalhadores ativos, ao invés de serem salvas em contas individuais, são utilizadas para pagar as aposentadorias dos atuais aposentados); ajustes de condições para aposentadoria de acordo com a expectativa de vida; benefícios condicionados à expectativa de vida, proporções demográficas ou **PIB**; ou um mecanismo de equilíbrio financeiro.

Tais ferramentas conferem mais previsibilidade à previdência e reduzem a necessidade de intervenções ad hoc e de longas renegociações. Mas isso não significa que os sistemas previdenciários fiquem isolados da arena política e muito menos que possam navegar no piloto automático. O poder público mantém a flexibilidade de fazer mudanças em situações excepcionais, conforme as transformações no mercado de trabalho ou nas circunstâncias sociais, mas as alterações têm de ser devidamente justificadas.

O importante é distinguir entre mudanças estruturais necessárias e inevitáveis daquelas condicionadas a contingências circunstanciais. No primeiro caso, pode-se contar alterações como a elevação na expectativa de vida e a consequente elevação da idade para aposentadoria. Correções suplementares podem ser realizadas para adaptar o sistema às mudanças no tamanho do contingente de contribuintes ou para introduzir mecanismos que garantam o equilíbrio financeiro ao longo do tempo.

"De um modo geral", resume a OCDE, "mecanismos de ajuste têm a vantagem de definir a direção à qual os sistemas previdenciários devem ser orientados; desviar desse caminho exigirá ao menos explicações e conferir visibilidade às perdas e ganhos." No caso do Brasil, isso seria especialmente útil para salvaguardar as aposentadorias de manobras clientelistas, corporativistas e populistas.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Cenário de inflação e juro faz de 2022 o ano da renda fixa

RAFAEL UIGNA

rafael.vigna@zerohora.com.br

O período com a taxa Selic em um dígito - próxima dos menores patamares históricos - e **inflação** sob controle, no passado recente, geraram a migração em massa de recursos para os chamados ativos de risco. Nos últimos meses, mudou. Projeções do relatório Focus do Banco Central (BC) apontam juro básico em 11,50% e IPCA em 5,03% até o fim de dezembro. Esses são alguns dos elementos que fazem de 2022 o ano da renda fixa.

Diante do cenário, em 2021, já houve a saída de R$ 85,2 bilhões da bolsa brasileira, a B3. A soma dos saldos entre aportes e retiradas de investidores pessoa física ficou em R$ 6,64 bilhões, e dos institucionais, em R$ 78,53 bilhões. O tombo só não foi maior porque os estrangeiros ingressaram com R$ 70,7 bilhões.

Sócio fundador da Privatto Multi Family Office, Eduardo Tellechea Cairo li explica que o brasileiro tem seus investimentos ancorados na taxa Selic: quando está alta, demarca a opção pela renda fixa; se ficar baixa, a escolha é pelo risco. Com o aumento recente do juro básico, atualmente em 9,25% ao ano, Cairoli observa a saída em larga escala rumo à renda fixa:

- O brasileiro é refém dos juros. Há 15 anos, estávamos acostumados com renda fixa pagando algo acima de dois dígitos. Há alguns anos, vimos uma estabilização da **inflação** e o início dos cortes de juros. A migração de recursos, entre o período de juros a 14% para 2%, foi grande para ativos de renda variável. E agora, quando saiu de 2%, e observamos em junho que a **inflação** saiu do prumo, acabou gerando uma saída de ativos de risco para a renda fixa.

Para Cairoli, 2022 tem uma série de peculiaridades. A principal: a taxa de juro precificada está acima do que a prevista para os anos seguintes.

- O que se vê é o contrário e a taxa deste ano está mais elevada do que nos próximos dois ou três anos. Acontece por uma conjuntura atípica que estamos vivendo em razão da pandemia - esclarece.

Outro aspecto é que, após uma

inflação (de 10,01%) mais alta do que o juro básico (de 9,25%) no ano passado, conforme o relatório Focus, do BC, em 2022, a diferença projetada entre a Selic (11,50%) e o IPCA (5,03%) é de 6,47 pontos percentuais - a maior até 2024. Isso gera, de acordo com o especialista, uma espécie de brecha para os ganhos em renda fixa.

Nesse contexto, a gangorra que se estabelece com a migração das carteiras de risco para a renda fixa torna o ano ainda mais desafiador. Por isso, avalia Cairoli, ao olhar para uma estratégia de investimento, é preciso perceber o todo e mover-se rápido para capturar as oportunidades:

- O Brasil é formado por ciclos. O país é um eletrocardiograma macroeconômico. Esse é um ano de renda fixa, e, em algum momento, quando a **inflação** começar a arrefecer, pode haver espaço melhor para ações. Mas hoje as carteiras estão mais equilibradas do que antes, quando eram praticamente formadas só por ativos de risco.

Câmbio

Na esteira das mudanças, a deterioração do poder de compra dos brasileiros, quando comparado ao dólar, chega a 73% entre 2017 e 2021, aponta relatório da Privatto. Para o futuro, o indicativo é de mais desvalorização para o real, em razão da esperada retirada de

estímulos monetários e da alta dos juros nos Estados Unidos.

- Já vemos o dólar retomando a valorização perante as demais moedas, após ter se depreciado durante a covid, mas ter se apreciado frente ao real. Isso significa que o real se desvalorizou demais e perdemos muitas riquezas nesse período em que todos ficamos mais pobres - pontua Cairoli.

A conjuntura reforça o peso da renda fixa nas carteiras, mas também faz com que os ativos em moeda estrangeira sigam em alta. Em contrapartida, Cairoli projeta que 2022 pode trazer surpresas positivas com a **inflação**, não em razão dos juros, mas associada ao enfraquecimento dos preços das

commodities e ao desempenho mais fraco da economia brasileira.

- O que vivemos foi uma espécie de período pós-guerra com estresse de commodities muito elevado. Todas as correlações de preço de commodities com moeda foram para o espaço. Vemos em algum momento, talvez no segundo semestre do ano, que isso possa voltai" para algo próximo da racionalidade, ao custo de uma desaceleração maior da economia brasileira - especula.

Em busca de papéis com ganhos acima do IPCA

Com o cenário atual, Gustavo Bertotti Messem, economista-chefe da Messem Investimentos, percebe fortes mudanças entre 2021 e 2022. Diante disso, alguns produtos já despontam, segundo ele, entre as opções disponíveis para os investidores interessados em superar a **inflação** com acréscimo de ganho real - tarefa difícil no decorrer de 2021.

E o caso do título do Tesouro IPCA+, que protege valores aportados da **inflação** e devolve ganhos fixos. Há ativos deste tipo, com vencimento em 2026, que pagam IPCA mais 5% ao ano, por exemplo.

- Ou seja, permite um reagente para a **inflação** com um juro real positivo - comenta.

Messem também chama a atenção para operações de renda fixa em CDBs, com retomo médio fixados em 12%. E aponta para produtos como CRIs e CRAs, isentos de tributação, que se tornam bastante atrativos neste momento.

A dica, porém, é diversificar. Isso acontece, porque, na contramão, a bolsa de valores está "extremamente barata", no que se refere a relação entre preço e lucro (P/L) das empresas negociadas, mas, que,

por outro lado, são penalizadas com incertezas fiscais e políticas.

- Existem ações que estão com desvalorização significativa, mas que apresentaram crescimento de receita e lucro, pagam bons dividendos e exibem fundamentos sólidos, ainda que tenham seus papéis em baixa no momento -explica Messem.

Economista-chefe da Geral Asset, Denílson Alencastro complementa que, recentemente, alguns produtos financeiros, antes restritos às rendas mais elevadas, ficaram mais acessíveis aos investidores do varejo. Nesse contexto, destaca ativos do Tesouro Nacional, além de CDBs, LCIs e LCAs, em que é possível obter retornos vinculados ao CDI e, portanto, a tendência é ganhar mais com a elevação da taxa Selic.

Outra alternativa, diz, é garimpai" fundos com bons resultados ao longo dos anos. Contudo, alerta, que isso depende de um perfil mais arrojado e do apetite ao lucro.

- E possível gerar posições em prazos de dois ou três anos, o que favorece ações em bolsa. E preciso ter paciência e não perder o "timing", porque as chances vão surgir - sustenta.

Glossário

CDB: o Certificado de Depósito Bancário consiste em emprestar dinheiro ao banco. Pode ter uma taxa prefixada ou pós-fixada, a mais comum remunera com percentual do CDI. Écoberto pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC) e tem desconto de Imposto de Renda (IR)

CDI: o Certificado de Depósito Interbancário é a média da taxa de juro para empréstimos entre bancos. É uma taxa usada como indexador de vários investimentos, sobretudo os de renda fixa

FGC: criado e mantido pelo sistema financeiro, o Fundo Garantidor de Crédito restitui os investimentos

no caso de o banco em que está a aplicação quebrar. O limite é de

R$ 250 mil por CPF, por instituição financeira

LCI e LCA: as Letras de Crédito Imobiliário ou do Agronegócio são títulos emitidos por bancos, isentos de Imposto de Renda e contam com FGC

CRI/CRA: os certificados de Recebíveis Imobiliários ou do Agronegócio são títulos lastreados em dívidas imobiliários ou do setor agrícola, emitidos por securitizadoras por meio de instituições financeiras. São ativos de renda fixa, isentos

de IR, mas não contam com FGC

Debênture: título de dívida emitido por empresas que oferecem direito de crédito ao investidor. Não tem proteção do FGC

Site: https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20220110#page/1

Bolsonaro quer blindar três ministérios dos avanços do centrão

Marianna Holanda, Julia Chaib e Ricardo Delia Coletta

Com o calendário eleitoral se aproximando, a pressão de aliados pela **reforma ministerial** aumenta. Mas o presidente Jair Bolsonaro (PL) pretende blindar três pastas dos avanços do centrão: Saúde, Infraestrutura e Desenvolvimento Regional.

Segundo relatos de ministros e auxiliares palacianos, o mandatário considera esses ministérios sensíveis pelo volume de orçamento e pela importância em ano eleitoral.

Infraestrutura e Desenvolvimento Regional são cobiçados por congressistas por realizarem as principais obras do governo federal nos estados.

Segundo o próprio Bolsonaro, 12 dos 23 ministros devem deixar a Esplanada no final de março. A lei determina que autoridades devem deixar cargos públicos em abril para disputar as eleições.

No sábado (8), o presidente admitiu a possibilidade de parlamentares assumirem ministérios, mas disse que serão feitas "escolhas internas" e que "dificilmente vai ter um acordo por fora".

Dessas vagas, em apenas uma o sucessor é dado como certo por auxiliares de Bolsonaro: Infraestrutura. O secretário-executivo, Marcelo Sampaio, deve assumir o lugar de Tarcísio de Freitas. O titular articula candidatura ao Governo de São Paulo.

Considerado técnico, Sampaio conta com o apoio de Tarcísio e do ministro da Secretária-geral, Luiz Eduardo Ramos, de quem é genro.

O ministério ficou sob o comando do PL em governos passados, e havia expectativa de que, com a filiação do presidente, o partido de Valdemar Costa Neto tentasse voltar para a Infraestrutura. A pasta tem orçamento de R$ 18,2 bilhões neste ano.

Segundo relatos, Sampaio já vem tentando estabelecer boas relações com congressistas e com lideranças do PL.

Na Saúde, com orçamento de R$ 160,5 bilhões, a expectativa é que Marcelo Queiroga não concorra a nenhum cargo. Ele já foi cotado a deputado federal e senador pela Paraíba, mas interlocutores do ministro dizem que ele desistiu ao perceber que o cenário no estado não era favorável.

Para o governo, o ideal seria que ele continuasse na pasta, historicamente comandada pelo PR Tiraria mais um ministério importante da mesa de negociações em ano eleitoral.

Se Queiroga contrariar expectativas e decidir se candidatar, auxiliares palacianos acreditam que Bolsonaro tentará escolha interna, mas admitem que a pressão dos aliados será forte. Neste cenário, o secretário-executivo, Rodrigo Cruz, seria uma opção.

Já no Ministério do Desenvolvimento Regional, com R$ 13,6 bilhões de orçamento, o futuro é incerto.

Ministros dizem que não há uma definição sobre quem assumirá no lugar de Rogério Marinho (PL), que sairá para disputar uma vaga ao Senado pelo Rio Grande do Norte.

Assim como o titular da Infraestrutura, Onyx Lorenzoni (Trabalho e Previdência) e João Roma (Cidadania) devem disputar o Governo do Rio Grande do Sul e da Bahia, respectivamente.

A pasta de Roma, na avaliação de auxiliares do presidente, deve ter sucessor indicado pelo Republicanos, mesmo partido do ministro.

Dirigentes da sigla têm protagonizado embates recentes com o governo, notadamente com a ministra da Secretaria de Governo, Flávia Arruda, mas o Republicanos faz parte da base de apoio de Bolsonaro.

A fritura, ocasionada por falta de pagamento de emendas, causou um movimento para antecipar a saída de Flávia da pasta. Como a Folha mostrou, o chefe de gabinete de Bolsonaro, Célio Faria Jr., seca cifou para o cargo.

Entretanto, o presidente baixou a temperatura ao sair de hospital em São Paulo, onde estava em razão de uma obstrução intestinal.

"Onde a Flávia Arruda está errando? Desconheço." Deputada pelo PL do Distrito Federal, ela concorrerá

ao Senado, assim como Tereza Cristina (Agricultura). Para este segundo ministério, o governo inicialmente quis indicar o senador Luis Carlos Heinze (PP-RS), com intuito de dissuadi-lo de disputar o governo gaúcho contra Onyx.

A articulação, até o momento, parece não ter prosperado. O secretário-executivo de Tereza, Marcos Montes, também está no páreo.

No Rio Grande do Norte, a vaga de candidato do bolsonarismo ao Senado está sendo disputada por Marinho e Fábio Faria (Comunicações).

O titular do Turismo, Gilson Machado, é citado para concorrer a uma vaga de senador ou deputado em Pernambuco. Mas a aliados o ministro tem comemorado resultados de enquetes online que mostram seu nome bem posicionado na disputa pelo governo do estado.

Anderson Torres, ministro da Justiça e da Segurança Pública, concorrerá a uma vaga na Câmara dos Deputados pelo Distrito Federal.

Damares Alves (Mulher, Família e Direitos Humanos) e Milton Ribeiro (Educação) também eram cotados para disputar cargo público, provavelmente na Câmara.

No caso de Damares, apostava-se que poderia ter um bom desempenho eleitoral, especialmente por causa do eleitorado evangélico.

Entretanto, interlocutores da ministra dizem que ela não quer disputar nenhuma vaga e já até avisou Bolsonaro.

Auxiliares palacianos também acreditam que Ribeiro, que comanda pasta com R$ 137,9 bilhões de orçamento, agora também deve acompanhar o presidente até o final do mandato.

Já o futuro político do astronauta Marcos Pontes (Ciência e Tecnologia) é considerado incerto. Ele já chegou a ser cotado para concorrer a uma vaga de deputado federal.

Há ainda uma nova possibilidade de mudança no xadrez da Esplanada. Na hipótese de o ministro da Defesa, Braga Netto, integrar a chapa do presidente para a reeleição, como vice, surgiria uma nova pasta na reforma.

Neste cenário, o ministro Luiz Eduardo Ramos, que é general, poderia assumir o posto. Ele chegou a ser cotado quando, em março do ano passado, Bolsonaro demitiu o ministro Fernando Azevedo e Silva da pasta.

Segundo interlocutores, Ramos resiste à ideia por considerar um assento palaciano mais propício para o momento eleitoral, mas também não costuma negar cumprir missão a pedido do presidente.

Diante do surgimento de candidatos que nunca disputaram um cargo público e que devem contar com o apoio do presidente, líderes do centrão dizem que deve haver um remanejamento entre partidos que hoje compõem a base do governo: PR PL e Republicanos. A dúvida, porém, é quem seguiria para este último partido.

Tereza Cristina e Faria devem ir para o PR Marinho e Onyx já se filiaram ao PL.

Tarcísio tende a se filiar ao PL, mas diz a aliados que ainda não bateu o martelo. O presidente do Republicanos, Marcos Pereira, já convidou o titular da Infraestrutura para se filiar ao partido.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49786&_ga=2.187966056.1927522967.1641710532-1246179861.1635424175&anchor=6448331&pd=a15284532dcf01bffe7d474559d49102

Agenda para o próximo presidente (Artigo)

Oded Grajew

As eleições deste ano nos dão a oportunidade de escolher nossos representantes, mas também de discutir e elaborar um projeto para o Brasil. Quais seriam nossas prioridades? Que futuro queremos para o nosso país? Quais valores devem orientar este projeto?

Qualquer bom projeto deveria ter como objetivo oferecer a todos os brasileiros e às gerações futuras uma boa qualidade de vida. Mas como chegar até lá? A boa notícia é que sabemos o que fazer pelo exemplo de países primeiros colocados no IDH (índice de Desenvolvimento Humano), no índice Gini, que mede as desigualdades, nas diversas classificações por critérios sociais, econômicos e ambientais e nas orientações dadas pelos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU).

Com base nestes exemplos, este projeto deveria priorizar as seguintes ações: 1 - Aprofundar a democracia participativa: implementar uma **reforma política** que democratize o sistema. Abrir espaços e institucionalizar a participação da sociedade em todas as áreas, no Executivo, Legislativo e Judiciário. A representação política deveria ser um espelho da sociedade, em que os diversos grupos teriam a mesma proporção da participação na população (mulheres, negros, empresários, trabalhadores etc.). Implementar total transparência em todas as instituições, ações e políticas dos Três Poderes.

2 - Reduzir as desigualdades: para qualquer coletivo humano, ser bem-sucedido é fundamental que se estabeleçam relações harmoniosas entre as pessoas. A injustiça e a desigualdade provocam a desarmonia e o conflito, além de serem eticamente condenáveis. Brasil é um dos campeões mundiais das desigualdades: sociais, econômicas, territoriais, de gênero e de raça. E, não por acaso, dos conflitos e da violência. Além disso, não redistribuir a renda é estúpido do ponto de vista econômico. É abrir mão de um potencial enorme mercado interno.

3 - Promover os direitos humanos: a Declaração Universal dos Direitos Humanos gerou tratados internacionais e estatutos e normas nacionais que procuram garantir dignidade, respeito e direitos a todos os cidadãos, independentemente de raça, idade, origem e condição social ou econômica. Estes deveriam servir de referência para decisões, políticas públicas e normas sociais.

4 - Cuidar do meio ambiente: é o que nos dá vida e que nos alimenta. Destruir o meio ambiente ameaça nossa existência e a das próximas gerações. O Brasil é o país mais rico ambientalmente do mundo. É uma fantástica oportunidade de termos um modelo de desenvolvimento que aproveita e cuida desta riqueza, tornando o Brasil uma liderança mundial do desenvolvimento sustentável.

Para implementar este projeto de país, o próximo presidente deveria ter sob seu direto comando os responsáveis -como "ministros especiais"- por cada uma destas quatro grandes prioridades. Deveriam ter o poder de agir para que cada ministério incorporasse tais diretrizes em suas ações e estabelecesse metas, tendo como referência os ODS.

Sabemos o que e como fazer. O Brasil, sendo a 13a maior economia do mundo, tem os recursos necessários para implementar esse projeto. Só depende da vontade política de adotar e implementar as corretas prioridades.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49786&_ga=2.187966056.1927522967.1641710532-1246179861.1635424175&anchor=6448331&pd=a15284532dcf01bffe7d474559d49102